

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A relação entre o MGTV 1ª Edição e o governo de Minas Gerais

JUIZ DE FORA
OUTUBRO DE 2012

Rafael Simão e Silva

A relação entre o MGTV 1ª Edição e o governo de Minas Gerais

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para
obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na
Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Juiz de Fora
Outubro 2012

Rafael Simão e Silva

A relação entre o MGTV 1ª Edição e o governo de Minas Gerais

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 23/10/2012 pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) - Orientador

Prof. Ms. Cláudia Castro (UFJF) - Convidada

Profa. Dr. José Luiz Ribeiro (UFJF) – Convidado

Conceito Obtido 100 (Cem)

Juiz de Fora
Outubro de 2012

DEDICATÓRIA

À minha mãe, sinônimo maior de perseverança, alegria de viver e felicidade.
Além do carinho e do amor, é um exemplo de vida para mim.

Aos meus pais, grandes exemplos de vida e grandes amigos de todas as horas.

Aos meus irmãos, fontes de inspiração profissional.

À Bruna, companheira de todas as horas e torcedora número 1 do meu sucesso.

Ao professor Paulo Roberto, pela paciência nas minhas falhas e pela grande contribuição na minha formação.

Ao professor José Luiz Ribeiro, de quem me orgulho de ser “pupilo”.

À professora Cláudia Castro, por me apresentar a televisão.

Aos grandes amigos feitos na Facom, parceiros pra vida toda.

Ao Forum da Cultura, Secom e Studio Arbex pelas grandes oportunidades profissionais.

A todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise de conteúdo acerca do telejornal MGTV 1ª Edição da TV Integração Juiz de Fora, em relação ao governo do estado de Minas Gerais. Foram estudadas duas semanas de apresentação do jornal, entre os meses de maio e junho de 2012. O objetivo principal do estudo é analisar qualitativa e quantitativamente as notícias relacionadas ao tema no telejornal. Como forma de contextualização do tema, procurou-se também realizar um resgate histórico sobre a relação entre imprensa e poder político no âmbito mundial e nacional, sobre a história da televisão, desde o seu surgimento até a contemporaneidade, e a respeito da filial da Rede Globo em Juiz de Fora, além da história do telejornal MGTV na cidade. Após todas as etapas do estudo, conclui-se que, em primeiro lugar, a imprensa da cidade apresenta uma escassez de notícias relacionadas ao governo de Minas Gerais. Porém, aquelas que são apresentadas possuem, em sua maior parte, caráter positivo em relação ao poder público estadual.

Palavras-chave: mídia, poder, televisão, telejornalismo, governo estadual, Minas Gerais, Aécio Neves, Antônio Anastasia, MGTV.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. TV X POLÍTICA: O SURGIMENTO DA TECNOLOGIA E SUA UTILIZAÇÃO PELO PODER.....	12
2.1 O SURGIMENTO DA RELAÇÃO NO ÂMBITO MUNDIAL.....	13
2.2 OS PRIMEIROS PASSOS DO BRASIL.....	17
2.3 A REGULAMENTAÇÃO DAS EMISSÕES E CONCESSÕES TELEVISIVAS....	20
2.4 TV E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE.....	26
3. A REDE GLOBO EM JF E A RELAÇÃO ENTRE PODER E MÍDIA NA CAPITAL MINEIRA.....	35
3.1 TV EM JUIZ DE FORA: DO PIONEIRISMO À TV INTEGRAÇÃO.....	36
3.2 MGTV: A INFORMAÇÃO LOCALIZADA.....	40
3.3 A PARCERIA DE AÉCIO, ANASTASIA E A IMPRENSA.....	45
4 ANÁLISE DE CONTEÚDO: A PRESENÇA DO GOVERNO MINEIRO NO MGTV 1ª EDIÇÃO.....	51
4.1 A ANÁLISE.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
7. ANEXOS.....	77

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a presença, constância e avaliação de notícias relacionadas ao governo de Minas Gerais no telejornal diário MGTV 1ª Edição. Juiz de Fora é uma cidade que possui proximidade e ligação incontestáveis com o estado do Rio de Janeiro. Isso pode, de alguma forma, tornar a população da cidade alienada em relação ao que acontece no poder estadual, localizado em Belo Horizonte. Cabe, então, aos telejornais da cidade formar e informar sua população sobre os assuntos de maior relevância.

Partindo da hipótese de que os cidadãos juiz-foranos devem ser informados adequadamente sobre o expediente do governo eleito por eles mesmos, foi escolhido como objeto de análise o telejornal de maior duração na cidade, e também aquele apresentado na emissora de maior audiência, a Rede Globo. Dessa forma, busca-se compreender como é abordado o governo de Minas Gerais na tela da TV Integração de Juiz de Fora.

O ideal da pesquisa é revelar quais são os assuntos de maior interesse para as pautas jornalísticas da cidade, ao mesmo tempo em que levanta a hipótese da relação do noticiário com a construção da opinião política da sociedade. Afinal de contas, quanto mais bem informada a população, melhor sua capacidade de tomar decisões e escolher seus governantes.

Em seu ideal, essa é a construção do jornalismo. É fundamental que ele seja informativo e esclarecedor, fazendo com que seus consumidores possam, através dele, tornar-se esclarecidos e lúcidos. Uma sociedade alienada é uma sociedade facilmente manipulável, e essa deve ser a luta do jornalismo: erradicar o mal da desinformação. Utopicamente, funciona dessa maneira. Mas, na prática, sabemos que funciona de outra

forma. O trabalho visa analisar a relação entre mídia e poder, construindo, antes de qualquer coisa, um panorama histórico da relação.

Sendo assim, será feita uma análise retrospectiva de duas semanas de veiculação do telejornal MGTV 1ª Edição, como forma de analisar e compreender seu conteúdo, e perceber de que forma a população de Juiz de Fora e região vem sendo informada (ou não) sobre seu próprio governo estadual.

O trabalho apresenta o conceito da relação entre mídia e poder, partindo-se do pressuposto de que os dois caminham lado a lado, desde a criação da imprensa. Por um lado, a imprensa é capaz de levantar ou derrubar um presidente. Por outro lado, depende, muitas vezes, do financiamento dos governantes. É o que defende Octavio Penna Pieranti (2006).

Os órgãos de imprensa e de radiodifusão têm desempenhado papel decisivo na história do Brasil. Jornais, emissoras de rádio e de televisão já foram recentemente apontados como fundamentais para a eleição e para a posterior deposição de um presidente da República, Fernando Collor de Melo, e para a redemocratização do país. São vistos, também, como veículos decisivos nos momentos pré-golpe de 1964, ao defender, em sua maioria, uma intervenção militar na política brasileira. Anos depois, parte deles tentaria, ainda que submetidos à censura, fazer oposição ao regime que defendera, enquanto outros não hesitariam em se calar diante das evidências de arbitrariedade. Os meios de comunicação são, pois, peça atuante no jogo político, submetidos à regulação e a políticas específicas. (PIERANTI, 2006, p. 91)

Da mesma forma que o autor defende a importância da imprensa na construção (e também na desconstrução) de um político, o autor mostra que, historicamente, a relação apresenta o inverso proposto acima, onde periódicos eram obrigados a favorecer em suas opiniões certos governos, por necessidades financeiras, ou até mesmo de manutenção do mesmo.

Do ponto de vista operacional, pode-se analisar a relação entre poder público e imprensa até a década de 1960 como extremamente imprópria. Para os jornais amigos, governantes não hesitaram em utilizar os cofres públicos para uma prática escusa, como a compra de opinião de órgãos jornalísticos, bem como esses não se portaram de forma independente e apta a exercer suas funções primordiais. Aos jornais e jornalistas adversários, o poder público reservou política distinta, baseada em todo o tipo de coerção, desde a agressão física dos profissionais ao empastelamento dos periódicos. (PIERANTI, 2006, p. 95)

Apesar de o referido artigo fazer uma revisão histórica da situação, é de opinião geral que a situação se sustenta até os dias atuais. Alicerçado nessa dúvida, surgiu a motivação de realizar um estudo sobre a relação, focando na cidade onde moro e pretendo exercer minha profissão, de maneira que o conhecimento de tais práticas pode influenciar diretamente no meu exercício profissional.

A metodologia empregada para alcançar os resultados é a análise de conteúdo, proposta por Lawrence Bardin, em 1977. Busca-se analisar o conteúdo em questão, agrupando-o de acordo com os assuntos estudados e analisando-os à luz do conhecimento jornalístico dos autores referenciados durante o trabalho. Através dos resultados obtidos, realizou-se uma análise quantitativa, assim como uma análise qualitativa, de forma a se chegar à uma conclusão acerca da prática jornalística na cidade de Juiz de Fora, exercida pela TV Integração, filiada da Rede Globo, através de seu principal telejornal

Visando a construção de um entendimento completo sobre a questão a ser analisada, o presente trabalho é apresentado em quatro capítulos, divididos em subcapítulos. No segundo, é feito um resgate histórico do surgimento da televisão, meio de comunicação estudado no trabalho. Em seguida, é apresentada a relação entre mídia e poder no âmbito mundial, historicamente. Como forma de situar o leitor, são apresentados os primeiros passos do Brasil na instalação da mídia. Em sequência, é apresentada a relação entre a imprensa e o poder político no país, buscando contextualizar desde a implementação das emissoras no país até os dias atuais.

No terceiro capítulo, é apresentado o surgimento da televisão em Juiz de Fora e a consequente instalação das emissoras televisivas na cidade. Em seguida, são apresentados os objetos de estudo em questão: o telejornal MGTV, e a relação entre o governo de Minas Gerais e a imprensa mineira, nesse ponto concentrada nos jornais e televisões da capital do estado, Belo Horizonte.

Finalmente, no quarto e último capítulo, é feita a análise de duas semanas de veiculação do jornal MGTV 1ª Edição, como forma de analisar e entender a relação entre este e o governo atual do estado. Espera-se, como resultado, que seja possível perceber como a população de Juiz de Fora é informada, e o que pode ser feito para que o panorama atual torne-se cada dia melhor, formando cidadãos críticos e interessados.

2. TV X POLÍTICA: O SURGIMENTO DA TECNOLOGIA E SUA UTILIZAÇÃO PELO PODER

A aurora da televisão como forma efetiva de comunicação deu-se no pós-guerra da Segunda Guerra Mundial. Apesar de já existirem vários experimentos anteriores em transmissão de imagens, a TV tornou-se um instrumento que poderia possuir a capacidade de ser um meio de comunicação na década de 1930 (BUSETTO, 2005, p. 190). Os primeiros experimentos feitos com televisão tomavam como base a tecnologia até então utilizada no rádio, que consistia na propagação de ondas sonoras, aliada ao espectro imagético que deveria ser formado juntamente com o som (Fonte: <<http://www.tudosobretv.com.br/histortv/#>> - acessado em 05/06/2012).

Segundo o historiador Aúreo Busetto (BUSETTO, 2005, p. 190-191), a nova tecnologia, mesmo que sendo algo que poderia de alguma forma beneficiar os países que a produziam e gerar uma tecnologia que poderia ser utilizada amplamente como forma de comunicação, e até mesmo como uma maneira de enriquecer os cofres públicos, através da venda da tecnologia, teve sua evolução estagnada por conta da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945. A concentração de verbas e cabeças pensantes voltou-se, na época, para as tecnologias que poderiam contribuir diretamente com a vitória na guerra. Ou seja, melhorias na área dos armamentos, da medicina e do transporte.

Porém, mesmo que a televisão tenha sido deixada de lado nesse momento, mesmo antes de sua consolidação os governos já demonstravam interesse numa evolução do meio. Segundo o historiador francês Jean-Noël Jeanneney, os primeiros experimentos com televisão foram acompanhados de perto pelo poder político na época das primeiras pesquisas (JEANNENEY, 1996, p.223). O acompanhamento dos primeiros experimentos, por parte do poder político, talvez já indicasse um interesse por

aquela nova tecnologia insurgente, que poderia servir aos governos de maneira a alcançar a população com grande afetação.

2.1 O SURGIMENTO DA RELAÇÃO NO ÂMBITO MUNDIAL

A televisão engatinhava na década de 1920, quando foram realizados os primeiros experimentos que poderiam levar à nova tecnologia. Os países pioneiros no desenvolvimento das experimentações foram Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e França, que iniciaram o desenvolvimento do meio entre o final da década de 1920 e o início da década posterior. Apesar dos esforços terem sido iniciados nos quatro países, a efervescência deu-se principalmente em dois deles: Grã-Bretanha e Alemanha, principalmente na segunda parte da década de 1930 (BUSETTO, 2005, p. 191). Os dois países, então, iniciaram uma “corrida tecnológica”, buscando produzir avanços cada vez maiores na evolução da televisão e nas suas transmissões.

A partir de março de 1935, o governo alemão oferecia um serviço regular de TV pública via o Centro Paul Nipkow. Segundo critérios da época, a TV alemã funcionava com um padrão de média definição, isto é, 180 linhas e 25 quadros por segundo. Padrão, no entanto, obtido desde 1933 e que fora superado somente três anos depois pela TV britânica. Assim, em novembro de 1936, o governo britânico iniciava seu serviço de emissão regular pela emissora pública da *British Broadcasting Corporation* (BBC), operando com 240 linhas. (BUSETTO, 2005, p. 191)

Com a consequente melhoria do sistema de transmissão televisiva, a Inglaterra conseguiu o primeiro grande feito do meio: transmitiu a coroação do Rei George VI ao vivo, para cerca de 50 mil telespectadores. Apesar de ter sido um grande avanço, os ingleses foram superados pelos alemães no mesmo ano, com a transmissão das Olimpíadas de Berlim, assistida por cerca de 160 mil espectadores (BUSETTO,

2005, p.191).

Segundo Busetto, a motivação alemã era também pela criação de um meio de comunicação mais eficiente do que o rádio, que era na época o principal canal direto entre a população do país e o governo do Terceiro Reich. O que Hitler e a cúpula de seu governo desejavam era a consolidação de um meio de propagação ideológica eficiente, que atingisse de maneira mais completa os seus eleitores. Por isso, o governo alemão se empenhou na instalação de cabos de transmissão e na construção de centros de recepção dos sinais televisivos emitidos, como maneira de garantir seu alcance e posterior afetação, ante a população. Além das exibições em território nacional, os nazistas realizavam demonstrações da nova tecnologia adquirida em outros países.

Mas, a TV não fora apenas colocada a serviço da política interna do III Reich, pois serviu, também, à sua propaganda internacional. Desde 1934, o governo alemão enviava aparelhagem e equipe técnica para realizar demonstrações públicas de televisão em diversos países (Espada, 1982, p.121), notadamente naqueles que o III Reich se interessava em estabelecer sua influência comercial e ideológica. (BUSETTO, 2005, p. 192)

Claramente, o governo alemão via na televisão uma forma de controle e propagação das idéias nazistas, por sua afetação maior do que a dos meios já existentes (rádio e jornal impresso), uma vez que aliava imagem, movimento e som. A conjunção dos três elementos seria capaz de alcançar o povo de forma eficiente, assim como o cinema, meio amplamente utilizado por Hitler e Goebbels na construção da imagem do alemão aguerrido e do judeu sub-humano.

Como o nazismo, no começo dos anos 1930, ainda estava buscando construir uma imagem idealizada do regime, os seus primeiros filmes foram partidários e patrióticos, apresentando os comunistas e os judeus como os grandes inimigos da Alemanha. Nos filmes nazistas o “bem” e o “mal” eram ordenados de modo a provocar violentas emoções e não deixar dúvidas no espectador sobre qual lado escolher. Nos primeiros filmes os comunistas eram sempre retratados de forma sutilmente caricatural até gradualmente serem revelados como força maléfica. (PEREIRA, 2003, p. 111-112)

Da mesma maneira que o cinema era utilizado para apresentar e incutir na população as ideias nazistas de domínio ariano e ódio aos judeus, a televisão serviria para o mesmo fim, e possuindo a vantagem de estar presente nas casas das pessoas. Ou seja, não seria necessário trazer as pessoas até a propaganda nazista: as mensagens iriam até a casa das pessoas. O cinema serviu de forma valiosa para a consolidação do ideário nazista e também como forma de apresentar a Alemanha vitoriosa na guerra, tornando o apoio popular ao regime cada vez maior (PEREIRA, 2003). A televisão poderia complementá-lo, desta forma.

A Grã-Bretanha, assim como a Alemanha, interrompeu seus avanços tecnológicos em relação à TV durante o período de guerra. Porém, a vontade de realizar avanços nas pesquisas sobre o possível novo meio de comunicação estava também em pauta para o governo inglês. Apesar das motivações governamentais não serem tão fortes quanto as alemãs, os ingleses também receberam investimentos do Estado para a expansão da tecnologia nos anos iniciais (BUSETTO, 2005).

No pós-guerra, a consolidação da TV ocorreu, finalmente, como meio de comunicação. Nesse momento, porém, através dos avanços tecnológicos já realizados anteriormente, e auxiliado pelo fato de não ter sido solo de batalha, os Estados Unidos da América despontaram como detentores da tecnologia mais evoluída, utilizando a transmissão com 525 linhas, imposta pela regulamentação federal para a TV (BUSETTO, 2005, p.193), ultrapassando os germânicos e britânicos. Em todos os países que desenvolveram a tecnologia televisiva, um fato foi constante: a crença de que o novo meio de comunicação seria fundamental para a afetação política.

A noção de poder absoluto da TV, portanto, não surgiu de reflexões mais amadurecidas sobre o preciso papel e importância do novo meio no mundo político, mas em decorrência do momento histórico: a volta total das eleições no mundo ocidental (pós-1945). Período em que os políticos passam a sonhar, graças à TV, em tocar um personagem mítico: o eleitor inconstante, o qual não frequenta as convenções partidárias, não é atingido pelas redes de sociabilidade da militância e que fica em casa. Sonham em tocar um público passivo, imaginado como majoritário, e, mais ainda, sonham com as possibilidades de manipulá-lo de acordo com a vontade de cada político ou grupo político. (BUSETTO, 2005, p. 199)

No imaginário dos políticos na época, seria possível ganhar a eleição apenas com uma boa aparição na televisão, que renderia os votos de todos aqueles que vissem, e gostassem do que estavam vendo. Mas, ainda segundo Busetto, essa crença é totalmente desmentida, quando observado o comportamento do eleitor nos pleitos posteriores.

Trata-se, portanto, da necessidade de precisar e caracterizar, por meio de pesquisas empíricas e amplamente testadas, a noção de que a TV somente exerce uma importância secundária sobre as escolhas eleitorais, pois essas em vez de serem modificadas pela TV, são, quase sempre, apenas consolidadas. (BUSETTO, 2005, p. 199)

Tratando-se de uma maneira direta de controle sobre o pensamento populacional, o poder da televisão foi desmistificado, então. A noção de que apenas uma boa aparição na mídia televisiva seria suficiente para conquistar o eleitor perdeu-se, mas nem por isso a política se desvinculou do meio de comunicação insurgente. Sendo assim, outros métodos de persuasão, dessa vez mais ocultos, passariam a ser empregados.

Com o aumento do número de pessoas que possuíam TV, e a utilizavam para se informar, alguns governos passaram a utilizar a questão financeira como arma contra a imprensa televisiva, uma vez que na maioria dos países o subsídio básico para a manutenção das cotas televisivas partia dos cofres públicos. Nem nos Estados Unidos da América, país símbolo até os dias atuais da desvinculação da política com a TV,

passou ileso por essa dependência. Dois casos ficaram conhecidos por serem símbolos da submissão da imprensa ao poder político.

Na vigência da Guerra Fria, Foster Dulles, secretário de Estado do presidente Eisenhower, e o seu irmão Alan Dulles, diretor da CIA, manipularam, sem pejo algum, as grandes redes – ABC, CBS e NBC – para fornecerem listas com nomes para a caça às bruxas empreendida pelo macarthismo. E as redes se vergaram sem fazer demasiado alarido. Já no atual governo Bush, a independência da imprensa, sobremaneira a das tevês, sofreu grandes arranhões em virtude das pressões e controles exercidos pelo poder federal norte-americano no tratamento de assuntos relacionados ao terrorismo e a Guerra do Iraque. (BUNETTO, 2005, p. 200)

Com a expansão da televisão e a participação governamental como financiadora, o meio tornou-se uma arma de propaganda política poderosa aos governos, e também à oposição, em alguns casos. Apesar de não ter participado ativamente da guerra como os países citados acima, o Brasil possui certas semelhanças no que diz respeito ao desenvolvimento e controle político do meio televisivo, principalmente por conta do desenvolvimento e consolidação do meio coincidir com a época do Regime Militar.

2.2 OS PRIMEIROS PASSOS DO BRASIL

Ao contrário do senso comum, o Brasil não iniciou o projeto de implantação da televisão como nova tecnologia muito depois dos países europeus. “Em 1933, o médico e cientista Edgar Roquete Pinto, responsável pela instalação da radiofonia no país, realiza, no Rio de Janeiro, a primeira experiência com a TV” (BUNETTO, 2005, p. 192). Sendo assim, percebe-se que o Brasil iniciou, mesmo que timidamente e através

de um único experimento, seu projeto televisivo ainda no início da implantação da tecnologia, como confirma Áureo Busetto: “Em alguns países da Europa ocidental e nos Estados Unidos, as primeiras emissões regulares de televisão iniciaram-se durante o entreguerras”.

Já em meados da década de 1940, Juiz de Fora foi palco de algumas experiências televisivas mais concretas. O técnico em eletrônica Olavo Bastos Freire realizou, na cidade, as primeiras demonstrações públicas de imagens televisivas. A primeira transmissão em circuito aberto foi realizada em 1947, em frente à casa de Freire (RODRIGUES, 2010, p. 2). Em 1948, Freire realizou o primeiro experimento público com a televisão na cidade.

Só em 1948 acontece a primeira experiência pública, registrada pelo jornal vespertino Diário da Tarde, no mesmo dia da transmissão, em 28 de setembro: “Juiz de Fora, pioneira da televisão no Brasil” com o “magnífico êxito nas experiências realizadas hoje pela manhã” onde estavam presentes “altas autoridades civis e militares”. As transmissões de Olavo Bastos Freire foram realizadas “entre o Clube Juiz de Fora, onde fora instalada a estação transmissora e a Casa do Rádio, na Av. Getúlio Vargas, local em que ficou o aparelho receptor” (Diário da Tarde, 28 de setembro de 1948, p.1 apud RODRIGUES, 2010, p. 2).

A partir desses experimentos, o próximo passo seria a implantação da televisão como meio de comunicação e entretenimento, ainda que a qualidade da imagem e do som ainda não fosse ideal, assim como o alcance das antenas de TV e a presença da televisão nos lares brasileiros, que ainda não era extensa. Mesmo assim, foram fundados os primeiros canais de TV do país, pelo proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand.

Mesmo diante dessas condições, Assis Chateaubriand, já notável empresário do ramo da comunicação, devido ao fato de ser proprietário do Diários e Emissoras Associados, inaugurava, em setembro de 1950, a primeira emissora de televisão brasileira, a TV Tupi, canal 3, de São Paulo, sendo ela, também, a pioneira na América Latina. E, no ano seguinte, inaugurava a TV Tupi, canal 6, do Rio de Janeiro. (BUSETTO, 2005, p. 195)

Como analisa Busetto (2005), a TV ainda era um meio incipiente dentro do país, por conta de sua tecnologia pouco desenvolvida. Mesmo que a sua penetração não fosse iniciar-se de maneira grandiosa, Chateaubriand decidiu por criar os primeiros canais de televisão do Brasil. Apesar de o forte da programação nacional televisiva não serem os programas voltados para o jornalismo e a informação, e sim programas voltados para o entretenimento do espectador, (MOURA; VAZ, 2010) foi lançado na época o primeiro telejornal do país. “O primeiro telejornal da TV Tupi, *Imagens do Dia*, foi ao ar dia 19 de setembro de 1950, na locução do radialista Ribeiro Filho” (MOURA; VAZ, 2010, p. 7).

Em 1964 ocorre o Golpe Militar no Brasil. Logo no ano seguinte, é fundada, por Roberto Marinho, a emissora que lidera a audiência nacional até os dias atuais: a Rede Globo. O proprietário da rede de televisão, que já era dono do jornal *O Globo*, aproveitou-se de sua proximidade com o governo militar (PIERANTI, 2006, p. 106). A parceria favorecia ambos os lados, e fez com que a Rede Globo conseguisse se expandir rapidamente, criando filiais e dominando, naquele momento, o mercado televisivo nacional.

A política de integração nacional através das comunicações defendida pelos governos militares encontrou na *TV Globo* uma grande parceira. A emissora logo teria afiliadas em outros Estados do país, formando uma rede com o aumento de concessões a empresas de radiodifusão outorgadas pelo governo federal. (PIERANTI, 2006, p. 106)

Além da Rede Globo, as outras grandes emissoras nacionais foram formadas durante o Regime Militar, até pela coincidência do período com a expansão da tecnologia televisiva como meio de comunicação difundido nacionalmente. É importante ressaltar que as emissoras puderam ser criadas pelo fato de que seus proprietários não representavam, na época, uma ameaça ao poder militar, pelo fato de

não serem fortes opositores do Regime Militar.

Três concessões da época serviriam como ponto de partida para a formação de redes importantes nas décadas seguintes. João Jorge Saad, dono da Rádio Bandeirantes, recebeu uma concessão em 1967, colocando no ar a TV Bandeirantes, canal 13 de São Paulo. O empresário e apresentador de TV Sílvia Santos recebeu a concessão que originou a TVS, canal 11 do Rio de Janeiro, e montou em 1981, aproveitando-se do espólio das emissoras que compunham a Rede Tupi, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Adolpho Bloch, dono de um grupo responsável pela publicação de revistas, criou, em 1983, quase dois anos depois de receber a concessão, a Rede Manchete, formada por emissoras em cinco cidades. Nenhum dos três empresários era reconhecido como crítico contumaz dos governos militares. (PIERANTI, 2006, p. 106)

Antes mesmo da criação das principais emissoras, já estava se consolidando a rede de televisão do Brasil, que contava com emissoras como a Rede Tupi, a TVS, dentre outras. Sendo assim, o governo percebeu a necessidade da criação de uma legislação regulamentadora da emissão televisiva no país. Era necessário indicar como seriam feitas as concessões televisivas, assim como o conteúdo das mesmas.

2.3 A REGULAMENTAÇÃO DAS EMISSÕES E CONCESSÕES TELEVISIVAS

Com o passar dos anos, a tecnologia televisiva estava tornando-se cada vez melhor, e o número de emissoras, aumentando. Diante da nova perspectiva que vinha à tona, tornou-se necessário a criação de uma regulamentação para as atividades e propriedade dos equipamentos necessários. A responsabilidade da liberação de concessões televisivas já era papel do governo, a quem cabia decidir quem poderia fundar uma emissora, como salienta a cientista social Suzaley Kalil Mathias (2003). Mas não havia ainda uma lei de regulamentação das transmissões televisivas, fato que

se fez necessário com a consolidação da mesma.

Essa tarefa ficou por conta do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), instituído em 1963, durante o governo do presidente João Goulart. Segundo Áureo Busetto (2005), a formulação do novo código teve ampla participação dos militares, por tratar-se também de uma questão de segurança nacional, e não teve uma participação significativa de setores que não possuíam relações com o governo, podendo ser criado da maneira mais conveniente ao poder federal.

O código tratava da regulamentação de todas as tecnologias envolvidas em telecomunicações: Telefonia, Telegrafia, Radiofusão e Radioamador. No caso da presente pesquisa, o foco será nos serviços de radiofusão, que incluem a televisão. O artigo sétimo do capítulo I, título IV, do CBT, compete, em seu segundo parágrafo, a exclusividade da exploração ou liberação de concessão para a emissão televisiva:

Art. 7º Compete privativamente à União:

II - Explorar diretamente ou mediante concessão:

a) os serviços de telecomunicações que empregam onda radioelétrica como transportador e cuja exploração direta não seja de sua competência exclusiva;

b) os serviços internacionais de telecomunicações mediante a instalação e operação de estações em pontos determinados do território nacional, com o fim único de estabelecer serviço público internacional. Os serviços outorgados não terão caráter de exclusividade;

c) o serviço de radiodifusão sonora regional ou nacional e o de televisão.

(Código Brasileiro de Telecomunicações, 1963)

Dessa forma, através do item C, fica clara que a posição decidida foi a de manter exclusivamente na mão do governo a autoridade para exploração ou liberação de concessões, responsáveis pela criação das emissoras. Na ocasião, criaram-se também os órgãos de regulamentação e fiscalização do meio, responsáveis pelo cumprimento da lei

de concessão e utilização da tecnologia televisiva.

É nesta regulamentação que se estabelece o funcionamento do Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL e de seu órgão fiscalizador, o Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL – (Art. 17º); se classificam os serviços (Art. 4º), e as competências para exploração (Arts. 7º e 8º). (MATHIAS, 2003, p. 125)

Em 1967, o CBT foi alterado, tornando a participação do governo nas emissões televisivas um agente de liberação de concessões para particulares, e não mais um emissário próprio. Mas isso não significa que o governo militar eximiu-se de participação nas questões relativas à política televisiva.

O Estado se limitou ao seu papel de conceder canais. E os concessionários ocuparam-se com toda espécie de jogos com os governos, evidentemente que com as vistas a manterem suas concessões de canais de TV ou a obtenção de outras, mas sobremaneira objetivando salvaguardar as finanças de suas emissoras por meio da captação das verbas oficiais gastas com publicidade e empréstimos facilitados na rede de bancos estatais. (BUSETTO, 2005, p. 204)

Através da citação supracitada, a conclusão óbvia é de que o governo mantinha o controle das emissoras e, conseqüentemente, da sua programação, através do dinheiro público. O apoio financeiro do Estado era fundamental para que os concessionários conseguissem manter os canais no ar, realidade não muito distinta dos dias atuais. Por outro lado, os aspectos técnicos da radiofonia e das transmissões televisivas receberam incentivos e investimentos. Porém, como citado anteriormente, juntamente com a entrada da TV, ocorreu a reformulação das leis de controle da atividade jornalística. A prática mais comum era a de coerção dos profissionais da área de jornalismo, que gerava o controle da informação, utilizando-se de censura.

Pode-se definir a política do Regime Militar para os setores de radiofusão e de imprensa como centrada em dois vértices. Um, o investimento em infraestrutura, modernizou as transmissões em quase todo o território nacional. O outro, a coerção, manteve a imprensa sob rígido controle seja por intermédio da prática de censura e de suas variáveis, seja pelo aniquilamento financeiro de empresas antipáticas ao regime. (PIERANTI, 2006, p. 105).

Sendo assim, por um lado o governo incentivava a comunicação, por intermédio da melhoria das tecnologias existentes no país, que aumentava a audiência e a qualidade dos equipamentos técnicos necessários para a realização das transmissões. Talvez até mesmo pelo anseio de utilizar a TV como forma de controle popular, o governo expandia as fronteiras do novo meio de comunicação, que aumentava sua presença nos lares brasileiros através da melhoria de suas condições técnicas e aumento da grade de programação. Se por um lado o Regime Militar dava as condições para que os concessionários melhorassem as condições das transmissões televisivas, por outro lado exigia que eles alinhassem suas opiniões com o regime. Caso contrário, emissoras eram censuradas e até mesmo levadas à falência.

No início da década de 1970, graças à melhoria da tecnologia disponível para as transmissões televisivas e ao aumento do número de emissoras no país, a TV já havia se tornado um dos meios de comunicação mais influentes no Brasil. Além da informação, ela servia também como forma de entretenimento, principalmente para as classes inferiores. (MOURA; VAZ, 2010, p. 8)

A expansão coincide com o período de maior autoritarismo do Regime Militar, época da criação do Ato Institucional número 5 (AI-5), que previa plenos poderes ao Presidente da República e um conseqüente aumento do controle sobre a imprensa. Nessa época, durante os governos dos presidentes Costa e Silva e Médici, foram criadas duas assessorias, que cuidavam de produzir propagandas ideológicas para a veiculação televisiva.

Durante as presidências de Costa e Silva e de Médici foram criados, respectivamente, a Assessoria de Relações Públicas (ARP) e a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgãos oficiais que cuidavam de um ponto crucial para a manutenção do regime de exceção: a propaganda ideológica. Essa era veiculada em todos os meios de comunicação social, porém preferencialmente na TV, e objetivava ampliar e consolidar o apoio de segmentos sociais dominantes e os amplos setores e grupos sociais populares a apoiarem o regime (FICO, 1997, p. 89-117)

A criação dos órgãos de veiculação de propagandas ideológicas vem confirmar a teoria de que o governo buscava incentivar as melhorias na área de ráiofusão pensando também em seu próprio benefício, uma vez que poderia utilizar a TV como forma de veiculação de suas idéias, assim que a mesma já estivesse estabelecida como um meio de comunicação reconhecido. Como consequência da época, conseguiram se manter no ar as emissoras que não faziam frente ao governo de maneira exacerbada.

Fazendo parte da realidade do controle militar da mesma maneira que as outras emissoras, a Rede Globo encontrou seu diferencial na proximidade de seu presidente, Roberto Marinho, com a cúpula do poder estatal. Marinho conquistou o apoio financeiro do governo, podendo assim expandir sua rede e tornando-se a maior emissora de televisão do país, liderando a audiência.

Não por acaso, a rede de TV de Roberto Marinho pode empreender e institucionalizar o seu “padrão Globo de qualidade” à sua grade de programas, apresentando, dessa forma, uma ótima qualidade em termos de emissão e de produção técnica, igualando-se as maiores redes de TV do mundo. Fator que, de um lado, garantia à Rede Globo a liderança de audiência, sobremaneira com o seu Jornal Nacional e as suas telenovelas, e quase inviabilizava a concorrência e inovação por parte das demais redes de TV, e, de outro, servia mais facilmente para o regime militar controlar, segundo os seus interesses autoritários, o universo televisivo, afinal era só pressionar diretamente o concessionário Marinho. (BUSERO, 2005, p. 198)

Como a Rede Globo possuía o apoio financeiro do governo, era de se esperar que a presidência buscasse a fidelidade da imprensa da emissora, em troca. Sendo assim, a Rede Globo manifestava-se, ainda que algumas vezes de forma velada,

favorável ao governo vigente. Ainda segundo Busetto (2005, p. 198), dois fatos tornaram-se marco do acordo informal selado entre as duas partes: a omissão da Greve dos Metalúrgicos do ABC Paulista, entre 1978 e 1979, e a campanha nacional pelas eleições diretas, em 1984 e 1985.

Nos anos seguintes, ocorreu o abrandamento das posições militares, a partir do governo de Ernesto Geisel, em 1974. Segundo Áureo Busetto (2005), mesmo com a diminuição do controle sobre a imprensa televisiva, somente após a Constituição de 1988 os jornalistas começaram a emitir suas opiniões de forma livre. Por um lado, a Constituição gerou a liberdade de expressão por parte dos meios de comunicação, como garante o texto do artigo de número 220 da mesma:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição; 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (Constituição Brasileira de 1988)

Mas por outro lado, ela não garante necessariamente a qualidade da informação que será repassada ao espectador, uma vez que não há nenhuma exigência quanto à posição política adotada pelo concessionário, que pode exprimir suas convicções da maneira que lhe convir, mesmo que seja de forma velada. Não é garantido também a abertura de um espaço para debates plurais, e nem há garantias de que as opiniões repassadas correspondem àquela compartilhada pela maioria das pessoas. Conclui-se, dessa forma, que o interesse de particulares continuou pautando as emissões televisivas, em sua maioria, após o término do Regime Militar.

Terminado o Regime Militar, a prática da censura foi abolida na Nova República. Porém, a utilização de concessões televisivas como moeda de troca política continuou sendo uma prática corriqueira, e até mesmo se ampliando (PIERANTI, 2006, p. 106-7).

2.4 TV E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Após o término do Regime Militar no Brasil, época na qual algumas emissoras de televisão foram censuradas, por irem contra o governo, e outras foram incentivadas, por sua posição favorável aos militares, como já apresentado anteriormente, a liberdade de imprensa foi instaurada no país. Juntamente com este fato, cresceu também cada vez mais a influência e presença da televisão nos lares dos brasileiros.

Segundo a apuração do pesquisador Fernando Antônio Azevedo (2006), o censo do IBGE realizado em 2004, 90% dos domicílios nacionais já possuíam ao menos uma televisão, número que tende a crescer cada vez mais. Assim, a televisão representou, na década de 1990 e na primeira década do terceiro milênio, o maior meio de comunicação, entretenimento e informação da população nacional. Dessa forma, é evidente que a influência política sobre as emissoras, e o consequente posicionamento adotado pelas mesmas, poderia exercer papel fundamental na formação da opinião pública.

Ainda segundo Azevedo, o assunto de maior interesse dos telespectadores em geral não é a política, sendo que a maioria das pessoas busca primordialmente o entretenimento na telinha. Mesmo assim, o meio é a forma mais utilizada pela população na época das eleições, que busca no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) conhecer os candidatos participantes de cada pleito e escolher suas

opções de voto.

Apesar disso, diversas pesquisas mostram que nos períodos eleitorais as principais fontes de informação do eleitor são justamente os programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e que os debates eleitorais travados nos pleitos majoritários mais competitivos (como as disputas presidenciais) atraem a atenção de milhões de espectadores e eleitores. (AZEVEDO, 2006, p.32)

Sendo assim, o que é esperado pela população, evidentemente, é que as emissoras apresentem as notícias de maneira equilibrada, abrindo espaço para as opiniões mais diversas e levando o telespectador a tirar suas próprias conclusões e fazer suas escolhas, baseado em tudo o que é apresentado. Mas, como forma geral, não é assim que ocorre no jornalismo televisivo nacional.

Ainda segundo Azevedo, o controle da mídia televisiva encontra-se concentrado, no Brasil, na mão de apenas oito famílias tradicionais, sendo que destas, apenas três possuem influência nacional: família Marinho (Rede Globo), Saad (Bandeirantes) e Abravanel (SBT). Com influências partidárias e publicidade governamental, as empresas supracitadas apresentam, mesmo que veladamente, um posicionamento político, difundido nas suas notícias e reportagens dos diversos jornais apresentados ao longo do dia, nas programações.

Como forma de avaliar qualitativamente a influência do jornalismo televisivo no meio político, tomaremos como exemplos as eleições presidenciais realizadas democraticamente no Brasil, após o Regime Militar. O foco será nos pleitos realizados entre 1989 e 2002, somando ao todo quatro ciclos de eleição presidencial, que tiveram como vencedores Fernando Collor de Melo (1989), Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002). O foco será na cobertura realizada pela Rede Globo, emissora detentora da maior audiência no Brasil.

O primeiro evento marcante da condição tendenciosa da cobertura

jornalística dos eventos políticos da contemporaneidade foram as eleições presidenciais de 1989, que possuía como principais candidatos os esquerdistas Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, e, como representante da direita, Fernando Collor de Melo. A cobertura não só da Rede Globo, como de toda a grande imprensa (leia-se os principais jornais impressos de circulação nacional e as maiores emissoras televisivas) foi claramente favorável a Collor.

Nos telejornais, embora o noticiário fosse mais equilibrado em termos de volume de tempo e atenção às candidaturas mais competitivas eleitoralmente, os enquadramentos foram freqüentemente favoráveis a Collor, como bem exemplificou a célebre edição da *Rede Globo* do debate final entre Collor e Lula na véspera do 2º turno. Em resumo, o paralelismo político nesse período se expressou não só pela defesa aberta de valores políticos e idéias econômicas como também pelo engajamento eleitoral de praticamente toda a grande mídia nacional. (AZEVEDO, 2006, p. 34)

O autor diz também que o favorecimento não foi extremamente explícito, por meio de uma maior atenção dada ao candidato, em detrimento dos outros. O fato ao qual ele se refere, em relação ao debate final entre Collor e Lula no segundo turno das eleições, foi a edição realizada pela Rede Globo dos principais momentos do debate, onde claramente destacava-se os momentos de brilhantismo de Collor, e os momentos de relutância de Lula. Sendo assim, o auxílio da imprensa foi de suma importância para a vitória de Fernando Collor.

Dois anos após a eleição de Collor, contando com a participação da imprensa televisiva no resultado da eleição, a mesma imprensa foi responsável por outro momento de suma importância: o *impeachment* do mesmo presidente que ela ajudou a eleger. A Rede Globo participou ativamente do processo, denunciando e acompanhando de perto os escândalos políticos que levaram à cassação do mandato de Collor. Nesse momento, foi provada a capacidade de intervenção da imprensa, principalmente a Rede Globo, na política nacional.

Diante do risco do *Impeachment*, acusado de corrupção passiva, Collor renunciou, em 1992, mas teve os seus direitos políticos cassados por oito anos. Entre os seus adversários, encontrou uma ex-aliada: a Globo. Ela deu uma demonstração de força, em eleger e derrubar um presidente. (RAMOS, 2005, p. 145)

Nas eleições seguintes, em 1994, os dois candidatos principais à eleição foram Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário do ocorrido no pleito anterior, a influência da imprensa televisiva não ocorreu de forma ostensiva e clara. Segundo o cientista político Luis Felipe Miguel (MIGUEL, 2004, p. 245), o artifício utilizado pela mídia, principalmente pela Rede Globo, foi a ênfase em suas produções jornalísticas dos pontos positivos da campanha de FHC.

O fato dominante da campanha – a deflagração do Plano Real, de estabilização econômica – foi produzido pelo governo, com a cumplicidade dos meios de comunicação de massa, sem que enquadramentos desviantes pudessem ganhar plena visibilidade. Foram prejudicados os candidatos oposicionistas, que tiveram limitados seus recursos para reagir à campanha velada, travestida de objetividade jornalística, em favor de Fernando Henrique Cardoso. (MIGUEL, 2004, p. 247)

Além disso, a legislação regulamentadora do HGPE foi modificada para as eleições de 1994, limitando o que poderia ser exibido nas propagandas. Como ressalta o cientista político Luís Felipe Miguel (MIGUEL, 2004), a legislação eleitoral impôs certas regras para a produção dos programas eleitorais, delimitando a maneira como os programas eleitorais seriam produzidos

Em 1994, a efetividade potencial da propaganda política na televisão foi limitada por restrições impostas pela legislação eleitoral (a lei 8.713, de 30 de setembro de 1993), que vetou a presença de convidados nos programas (só os candidatos podiam aparecer), bem como a exibição de cenas externas e a utilização de “trucagens”¹ – um termo impreciso, uma vez que, a rigor, a própria edição já é uma trucagem, a trucagem básica da produção audiovisual. (MIGUEL, 2004, p. 246)

Segundo o autor, a mudança na legislação eleitoral, mesmo que visasse um debate mais imparcial, em sua concepção original, não serviu adequadamente para esse fim. Os candidatos utilizaram-se do expediente normal da televisão, aproveitando-se de brechas na lei e utilizando fotografias em sequência, simulando tomadas externas, e um discurso fragmentado e sem profundidade, como já consagrado no HGPE dos anos anteriores. (MIGUEL, 2004, p. 246)

As eleições de 1994 foram vencidas por Fernando Henrique Cardoso, candidato da situação naquele momento, que recebia o apoio do ex-presidente Itamar Franco. A intervenção da imprensa foi um fator diferencial no pleito, apesar de não ser possível afirmar que tenha sido tão decisiva quanto nas eleições de 1989, vencidas por Fernando Collor, quando foram feitas edições de debates e outros artifícios claros de manipulação da opinião pública.

Não é possível dizer que as restrições no formato do HPEG determinaram o resultado das eleições, isto é, que o vencedor seria outro, caso elas não existissem. Eram muitos os fatores que favoreciam a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, e o impacto cotidiano do plano de estabilização econômica era sensível para a população, independentemente da forte campanha da mídia. Mas é inegável que enquadramentos desviantes tiveram dificuldades excepcionais para serem apresentados. (MIGUEL, 2004, p. 247)

¹ Segundo o dicionário Priberam, o significado do termo “Trucagem” é: **trucagem**
s. f.

1. Conjunto de processos com a ajuda dos quais se dá aos objetos, às mercadorias, a aparência das qualidades procuradas.
2. [Cinema] Processo que torna possível criar, em cinema, uma ilusão ou conseguir uma economia.

Nas eleições seguintes, em 1998, a participação da Rede Globo nas campanhas presidenciais ocorreu de uma maneira diferenciada. Ao contrário dos anos anteriores, a emissora praticamente se eximiu da cobertura jornalística da disputa. A presença das questões relativas à eleição foi amplamente suplantada por outras notícias, de cunho diferenciado. Além disso, nenhuma das grandes emissoras produziu debates entre os candidatos. Naturalmente, a falta de visibilidade privilegiou a escolha do candidato à reeleição pelo povo.

A eleição presidencial se tornou praticamente invisível na televisão, pois a *Rede Globo* simplesmente ignorou a campanha eleitoral em seu jornalismo e não foi realizado um debate sequer entre os candidatos em nenhuma das redes nacionais. Obviamente, é ocioso comentar que esta invisibilidade das eleições favoreceu o candidato à reeleição e o favorito das pesquisas. (AZEVEDO, 2006)

Segundo o levantamento realizado por Luis Felipe Miguel, a porcentagem de notícias relacionadas à eleição foi de 0,6% do tempo total do *Jornal Nacional*, principal programa jornalístico da Rede Globo.

A própria disputa eleitoral de 1998 foi, em grande medida, exilada dos telenoticiários. O principal deles, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, dedicou – nas 12 semanas que separaram o final da Copa do Mundo da data da votação – apenas uma hora e 15 minutos (ou 4,6% do tempo total) às eleições. Ainda assim, quase todo esse tempo foi destinado à divulgação de pesquisas de intenção de voto, a reportagens de serviços (ensinando como operar a urna eletrônica) e ao *fait-divers* (eleições simuladas em tribos indígenas, por exemplo). A movimentação de campanha, declarações de candidatos, acordos políticos, tudo isso ficou com apenas 10 minutos (ou 0,6% do tempo total do telejornal do período). O esvaziamento da cobertura eleitoral, do qual o *Jornal Nacional* foi o exemplo mais extremo, mas não o único, convergia com a estratégia do candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso, que buscava desinflar o debate sucessório (MIGUEL, 2004, p. 248 apud MIGUEL, 2002b, p. 63-6).

Já nas eleições presidenciais de 2002, disputadas principalmente entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra, o comportamento da Rede Globo foi justamente o oposto do apresentado em 1998. Como enaltece o comunicólogo Antônio

Albino Canelas Rubim (2002, p. 192), “se já existe uma característica marcante na atual² eleição, esta característica chama-se superexposição”. Foram realizados vários debates entre os principais candidatos, e as eleições passaram a ter um papel principal nos noticiários.

Segundo o levantamento realizado por Luis Felipe Miguel (2003, p.295), o Jornal Nacional gastou mais de 43 horas do seu tempo de exibição com notícias relacionadas ao pleito, quadro absolutamente distinto de 1998, quando gastou-se pouco mais de 1 hora. Além disso, os candidatos apresentaram suas ideias durante períodos de tempo semelhantes, sem quase diferenciação nenhuma. Para o autor, as eleições de 2002 representaram um grande avanço democrático na cobertura dos pleitos, independente da motivação que levou a essa mudança.

A Rede Globo de Televisão deu, em 2002, um passo significativo na transformação de seu comportamento em períodos eleitorais. É possível apenas especular se as razões para tanto são de natureza jornalística, empresarial ou política – ou, provavelmente, uma combinação das três. Não se pode negar que ocorreram avanços importantes na direção da imparcialidade em relação aos candidatos relevantes e uma notável ampliação da massa de informações colocada à disposição do público. Sem pretender reduzir o alcance de tais acontecimentos, cumpre observar que a abertura da Globo à disputa eleitoral foi concomitante à diminuição do espectro de alternativas efetivamente apresentadas ao eleitorado. (MIGUEL, 2003, p. 306)

Já na opinião de Antônio Rubim, apesar de parecer que, dessa maneira, a imprensa isentava-se de participação direta na escolha dos candidatos, ele levanta a hipótese de que a superexposição levava o público a conhecer melhor os candidatos que ainda não possuíam grande fama nacional. No caso, os opositores de Lula, que por ter disputado as eleições por três vezes, anteriormente, era o postulante ao cargo de presidente com a maior fama nacionalmente.

² O termo “atual” é utilizado, uma vez que o artigo data do ano de 2002.

A visibilidade hegemônica na competição eleitoral midiática esteve vivamente contaminada pelo objetivo de tornar conhecidos alguns dos candidatos. A centralidade da apresentação do candidato e da agregação de suas qualidades, conformando uma imagem pública, apareceu como marca registrada de uma parte significativa da campanha até o momento. (RUBIM, 2002, p. 205)

Apesar dos avanços apresentados em 2002, não foi dada uma continuidade no cenário de imparcialidade nas eleições seguintes, dos anos de 2006 e 2010. Segundo Fernando Antônio Azevedo (2008, p. 19), no ano de 2002 o Partido dos Trabalhadores foi tratado pela imprensa, de uma forma geral, como “Socialdemocrata, integrado ao sistema e responsável” (2008, p. 18). Já em 2006, impulsionada pelas denúncias do esquema do Mensalão, caso de denúncias de corrupção que estão sendo julgadas pela Justiça Federal atualmente, a imprensa tratou o partido como “Socialdemocrata, integrado ao sistema, mas clientelista e corrupto” (2008, p. 18).

Este campo tensionado só sofreu mudanças no momento em que o PT se deslocou para o centropolítico e se transformou num partido da “ordem”, para usar uma expressão gramsciana, se redefinindo como um partido socialdemocrata e integrado ao sistema político e econômico. Neste momento, em 2002, e apesar das diferenças do passado e das teorias conspiratórias, a imprensa e o PT se reconciliam com a primeira reconhecendo a legitimidade política do segundo. Em 2006 se afastam novamente, mas agora por conflitos de outra ordem e natureza pelos quais o argumento do conservadorismo já não pode ser mais invocado. (AZEVEDO, 2008. p. 19)

Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 2010, o quadro foi parecido com o apresentado em 2006, diferente da evolução da imparcialidade midiática apresentada em 2002, que parecia ser uma nova forma de abordagem eleitoral. Mas somente parecia. Apesar disso, o cenário apresentado não voltou a ser tão discrepante como nos anos anteriores, de 1989 a 1998. Em seu estudo sobre a cobertura do pleito de 2010 pelo Jornal Nacional (Rede Globo), Luís Felipe Miguel (2011) analisa que “o equilíbrio entre os candidatos foi perseguido com cuidado. Os três mais importantes aparecem praticamente no mesmo número de edições” (2011, p.17).

Ainda assim, a imagem do Partido dos Trabalhadores era quase sempre mostrada como negativa nas matérias dos telejornais, enfocando os escândalos de corrupção e concordando com a classe média alta, que possuía uma antipatia comum ao partido e seu governo.

Embora o PT tenha se aproximado do centro do espectro político, trocando sua proposta de transformação por outra, de pacificação social, continuava enfrentando a hostilidade de parte das elites e, também, de amplos setores das classes médias. Os principais veículos de imprensa partilhavam desta antipatia e construíam uma imagem negativa do partido, do governo Lula e da candidata Dilma. (MIGUEL. 2011, p. 12)

A partir da avaliação das eleições presidenciais dos anos de 1989 a 2010, é possível perceber que a imprensa possui um papel importante na construção política do Brasil, sendo grande responsável pela formação de opinião da população, em geral. Durante todas as eleições, principalmente nos anos de 1989, 1994 e 1998, a influência da Rede Globo foi um fator diferencial no resultado. Sendo assim, conclui-se que, seja de maneira clara ou velada, a imprensa possui uma relação estreita com a política, possuindo um papel central na informação e formação da opinião pública.

3 A REDE GLOBO EM JF E A RELAÇÃO ENTRE PODER E MÍDIA NA CAPITAL MINEIRA

A cidade de Juiz de Fora já ganhou vários apelidos ao longo dos anos, como Princesinha de Minas e Manchester Mineira. Nascido com vocação industrial e por isso detentor de tais apelidos, o município localiza-se na Zona da Mata mineira, onde enquadra-se como a principal cidade. Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a população residente é de aproximadamente 570 mil habitantes, divididos em 111 bairros e três distritos. (Fonte: <<http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/populacao.php>> - acessado em 20/09/2012).

Por sua localização geográfica, Juiz de Fora possui um valor agregado. Encontra-se à distâncias não muito longas de três importante capitais do Brasil: São Paulo (506 km), Belo Horizonte (272 km) e Rio de Janeiro (184 km). (Fonte: <<http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/distancias.php>> - acessado em 20/09/2012). Como é possível perceber através das distâncias apresentadas, os juizforanos têm, como capital de estado mais próxima, a cidade do Rio de Janeiro.

São 88 quilômetros a menos de distância até o Rio de Janeiro, em relação à distância percorrida até Belo Horizonte. Naturalmente, isso fez com que uma boa parcela da população da cidade se identificasse mais com os costumes, hábitos e preferências dos cariocas. Basta andar pelas ruas da cidade e ver que, por exemplo, o time para os quais os cidadãos da cidade torcem são, em sua maioria, do Rio de Janeiro, e não da capital mineira.

Juiz de Fora é a princesa mineira que adora uma praia. Mas, em relação aos

conteúdos televisivos formulados e/ou veiculados na cidade, será que essa proximidade com o Rio de Janeiro traz algum tipo de influência? O que interessa aos juiz-foranos na televisão?

3.1 TV EM JUIZ DE FORA: DO PIONEIRISMO À TV INTEGRAÇÃO

Em Juiz de Fora, a filial da Rede Globo, responsável por transmitir as programações da rede de televisão e produzir os conteúdos regionais é atualmente a TV Integração. A emissora foi adotada na cidade no ano de 2012, porém Juiz de Fora já possuía uma afiliada da Rede Globo anteriormente, chamada de TV Panorama.

Como já visto no capítulo 1, a cidade possui um grande pioneirismo em várias questões relativas às transmissões televisivas. E não foi diferente com a instalação de uma emissora de TV própria de Juiz de Fora. No ano de 1964, logo após o Golpe Militar, foi fundada na cidade a TV Industrial. Mantendo sua tradição de vanguarda, a Princesa de Minas foi a primeira cidade de interior a possuir sua própria emissora, em todo o Brasil, como destaca Lívia Maia Caldeira Arantes (2006). “Juiz de Fora é a primeira cidade do interior do Brasil a ter uma estação geradora de sinais de TV. Em 29 de Julho de 1964, inaugurava-se a TV Industrial, fruto de uma aposta da iniciativa privada.” (2006, p. 1)

Segundo Flávio Lins (2006), a TV Industrial produzia diariamente cerca de 12 horas de programação própria, voltada para os acontecimentos da cidade. Dessa forma, entre 1964 e 1980, o povo de Juiz de Fora podia, antes de todas as demais cidades interioranas do país, saber pela TV dos acontecimentos e fatos mais marcantes

ocorridos em sua cidade e região, através do telejornalismo local.

A TV Industrial foi a primeira e única emissora do sistema de tv aberta genuinamente local, já que as 12 horas de programação local diária que foram ao ar de 1964 a 1980, ano em que a TV foi vendida para a Rede Globo de Televisão, eram quase na totalidade produzidas pela própria emissora que não era filiada a nenhuma rede de TV nacional. (LINS, 2006, p. 2)

O primeiro telejornal da emissora chamava-se Teledez, em alusão ao canal no qual se sintonizava a TV Industrial, canal 10. Em seguida, foi criado e apresentado o Jornal Imagem. Apesar do nome, a atração não apresentava imagens, apenas os apresentadores se revezando na leitura de notas textuais, dentro do estúdio. Isso tornava a atração monótona, e não gerava uma grande atenção do público. (LINS, 2006)

Apesar disso, a população da cidade desgostou quando, em 1980, a emissora foi vendida para a Rede Globo, inaugurando assim a filial da maior emissora do Brasil em Juiz de Fora. A programação passou a ser, então, exportada do Rio de Janeiro, colocando um pouco de lado a programação local.

A TV Industrial encerrou suas atividades em 1980, quando o canal foi vendido para a Rede Globo de Televisão. Mesmo abrindo espaço para o jornalismo local, a mudança provocou segundo Luiz Carlos Nazaré¹ “muita reclamação”, pois as pessoas já não se viam mais, já que mais de 90% da programação não era da cidade. (LINS, 2006, p. 3)

Entre 1980 e 1998, a emissora juizforana foi basicamente uma repetidora dos programas produzidos no Rio de Janeiro pela emissora principal da Rede Globo e em Belo Horizonte, que produzia os conteúdos regionalizados. No ano de 1998, ocorreu uma nova regionalização da emissora, que veio junto com a mudança do nome do canal, chamado a partir de então de TV Panorama.

¹ Luiz Carlos Nazaré era cinegrafista da emissora na época citada

De 1980 a 1998, a dependência da matriz no Rio de Janeiro foi intensa e o 'padrão Globo' é seguido rigorosamente. Em 1998, numa tentativa de resgate do local para enfrentar a globalização e atrair novos mercados publicitários, a TV Globo Juiz de Fora passa a se chamar TV Panorama (MATA, p. 2011, p. 72)

Como citado acima, no estudo realizado por Jhonatan Mata, a ideia era regionalizar o conteúdo como forma de atrair novos mercados publicitários para a Globo, vindos de cada uma das regiões produtoras de conteúdo. Para que isso fosse viável, era necessário tornar o jornalismo da principal rede de televisão do país mais regionalizado, e, portanto, próximo do seu público de cada região. Dessa forma, o MGTV passou a ser apresentado também em Juiz de Fora, tornando a cidade novamente produtora de conteúdo televisivo.

O estímulo à nova regionalização faz com que o espaço reservado ao telejornalismo local aumentasse de 15 minutos para aproximadamente 50 minutos diários. Os telejornais MGTV 1ª e 2ª edição passam a ser apresentados também no estúdio de Juiz de Fora, em interação com os apresentadores da TV Globo Minas. (MATA, 2011, p. 72)

Assim, o público de Juiz de Fora pode afirmar, novamente, que possuía uma emissora de televisão na cidade, de maneira real, assim como ocorria dos anos de 1960 a 1980, quando existia na cidade a TV Industrial. Os conteúdos da programação passaram a contemplar a região de forma mais abrangente e direta, diferentemente dos anos anteriores, quando o jornal apresentado contemplava os conteúdos de Belo Horizonte, cidade onde era produzido.

No ano de 2003, após cinco anos da regionalização das emissoras, a Rede Globo decide, por questões comerciais, vender as suas afiliadas das cidades do interior para empresários ou grupos que pudessem administrá-las. Assim, a TV Panorama foi vendida ao empresário Omar Resende Peres, que na época fundou um conglomerado de veículos midiáticos.

Em 2003, como estratégia comercial, a Rede Globo opta pela venda de emissoras localizadas fora dos grandes centros. Assim, a TV Panorama é vendida para o empresário Omar Peres, secretário de Indústria e Comércio de Minas Gerais no governo Itamar Franco. A emissora se torna então o ponto central das chamadas Organizações Panorama que, atualmente², incluem a Rádio Panorama FM, o Jornal Panorama, o portal Ipanorama.com e a PanShow, empresa de eventos. (COUTINHO, 2005, p. 5)

Em 2005, a TV Panorama produzia, além das duas edições do MGTV, os programas Panorama Esporte e Panorama Revista. Posteriormente, em 2007, os programas foram extintos, passando a funcionar como quadros dentro das edições do MGTV, e foi criado o Panorama Entrevista, apresentado pela jornalista Christina Ferraz Musse. O programa era exibido aos domingos, após o Fantástico. Segundo Mata (2011), a produção semanal da TV Panorama era de seis horas semanais, divididas entre os três programas.

Ainda segundo Jhonatan Mata, em 2007 a TV Panorama vendeu 50% dos seus direitos econômicos à TV Integração, propriedade do empresário Tubal de Siqueira Silva, sediada em Uberlândia, no triângulo mineiro. A partir de então, a TV Integração tornou-se a maior empresa de comunicação do interior de Minas Gerais, controlando quatro das oito repetidoras da Rede Globo no estado. Segundo o levantamento feito por Valquíria Kneipp e Sônia Cunha (2012, p. 15), “ao todo, são 233 cidades que recebem a programação da emissora”. Isso faz do alcance da TV Integração o maior entre as filiais nacionais.

Apesar do grupo presidido por Tubal de Siqueira ter adquirido os direitos econômicos da repetidora no ano de 2007, a emissora trocou seu nome apenas em 2012, passando sua identidade para o público geral e assinando seus conteúdos como TV Integração. Na grade de programação atual, o programa Panorama Entrevista foi extinto, restando apenas como programação local os jornais MGTV primeira e segunda

² O texto refere-se à programação apresentada no ano de 2005, quando o artigo foi escrito. Atualmente, as organizações Panorama são extintas.

edição.

3.2 MGTV: A INFORMAÇÃO LOCALIZADA

Ainda hoje, a Rede Globo de Televisão possui os maiores índices de audiência no Brasil. Em muitos lares do país, os telejornais globais são a principal fonte de informação dos cidadãos. Segundo Arbex Júnior (2001), a relação do brasileiro com a televisão como meio de informação é muito estreita, principalmente se comparada a outros países.

A fonte principal de informação, no Brasil, é a televisão. Se isso é assim em todo o mundo, aqui a disparidade atinge níveis excepcionais. De fato, o Brasil situa-se na 102ª posição com relação a número de exemplares de jornal por habitante, 1/23, enquanto na Grã-Bretanha, por exemplo, esse índice é de 1/4". (ARBEX JÚNIOR, 2001, p.264).

Sendo assim, é possível perceber que a influência dos jornais televisivos sobre a formação de opinião da população é de grande valia. O principal telejornal da grade televisiva, por conta dos índices de audiência, é o Jornal Nacional. Como exemplo, no dia 24 de maio deste ano, o telejornal conquistou 31 pontos na audiência, enquanto o segundo colocado foi o telejornal SBT Brasil, com 5,5 pontos. (Fonte: <<http://tvfoco.pop.com.br/tv-foco/confia-a-audiencia-dos-principais-telejornais/>> - acessado em 22/09/2012). Através disso, pode-se aferir que a população brasileira considera o jornalismo da Globo como o mais confiável, tornando-o líder de audiência.

Em sua programação diária, de segunda-feira a sábado, a emissora apresenta sete telejornais: Bom Dia, Brasil; Jornal Hoje; Globo Notícia; Jornal Nacional; Jornal da

Globo; e os telejornais regionais. No caso de Juiz de Fora, o MGTV, que se divide em primeira e segunda edição. A primeira edição é apresentada ao meio-dia, enquanto a segunda edição é transmitida às 18h50. (Fonte: <http://redeglobo.globo.com/programacao.html> - consultada no dia 26/09/2012) Os demais telejornais da grade de programação são transmitidos nacionalmente, da mesma forma e com o mesmo conteúdo.

Sendo assim, os únicos momentos que os telespectadores da emissora possuem para saberem dos acontecimentos específicos da sua cidade e região são durante a transmissão dos telejornais regionalizados. A filial da Rede Globo de Televisão que produz o MGTV para a Zona da Mata encontra-se em Juiz de Fora, onde são produzidas e editadas as matérias do jornal.

O MGTV está no ar desde o início da década de 1980. Porém, no início, as notícias produzidas em Juiz de Fora disputavam o curto espaço disponibilizado para os programas regionais com as notícias que eram produzidas na sede de Belo Horizonte, fazendo com que, normalmente, somente algumas poucas notícias relacionadas à cidade fossem ao ar.

A emissora local passa a veicular matérias, dentro do telejornal, feitas pela rede em Belo Horizonte, dividindo o tempo do jornal entre notícias produzidas em Juiz de Fora e região e notícias enviadas pela emissora na capital. (MARTINS, 2007, p.5)

No ano de 1998, tal panorama foi modificado, quando a Rede Globo buscou regionalizar suas produções jornalísticas, visando alcançar públicos específicos de cada parte do Brasil. Sendo assim, os estúdios de Juiz de Fora passaram a produzir mais conteúdo e realizar as apresentações (cabeças), que era apresentado juntamente àquele transmitido por Belo Horizonte, contracenando durante o tempo de jornal com os apresentadores da capital.

O estímulo à nova regionalização faz com que o espaço reservado ao telejornalismo local cresça de 15 minutos para aproximadamente 50 minutos diários. Os telejornais MGTV 1ª e 2ª edição passam a ser apresentados também no estúdio de Juiz de Fora, em interação com apresentadores da TV Globo Minas. (COUTINHO et. al, 2006, p.7)

Posteriormente, nos anos consequentes, a produção das notícias passou a ser totalmente realizada em Juiz de Fora, contando com a apresentação no estúdio e as reportagens de rua, todas feitas pela equipe de jornalismo da própria cidade. Consolidando sua posição como um jornal da cidade e da região, as duas edições do MGTV eram vistas em 105 cidades das regiões da Zona da Mata, Mantiqueira e Vertentes, em Minas Gerais. (MARTINS, 2007, p.7)

A edição da hora do almoço, chamada de MGTV 1ª edição, possui uma duração média de 35 a 40 minutos, e é apresentada a partir do meio-dia. A segunda edição, chamada de MGTV 2ª edição, possui uma duração média de 12 minutos, e é apresentada às 19h. Há alguns anos, os jornais eram apresentados por âncoras, que ocupavam uma bancada.

No caso da edição da hora do almoço, dois apresentadores se encarregavam da função, enquanto que na edição da noite, apenas um apresentador realizava o trabalho. Os apresentadores chamavam as reportagens de rua e realizavam entrevistas na bancada, como atestou Simone Martins, em 2007: “O telejornal mescla os recursos típicos de seu formato: os apresentadores chamam os VT’s e as entrevistas ao vivo, e fazem entrevistas no estúdio com especialistas de diversas áreas” (2007, p.7)

Atualmente, o modelo de apresentação do telejornal foi modificado. Ao invés da habitual bancada, de onde os apresentadores realizavam todas as suas falas e transmitiam as informações sentados, foi adotado pela Rede Globo nos telejornais locais a figura do apresentador em pé, andando e interagindo com o cenário à sua volta, opção que agrega um certo dinamismo ao jornal.

[A Rede Globo] Adotou, dentro do Padrão Globo de Qualidade, novos cenários para os telejornais locais. Em cada praça, pode-se ver o mesmo modelo de cena de apresentação com apresentadores que circulam pelo cenário que abriga a bancada que deixou de ser o objeto de maior destaque para se tornar mais um acessório. (COUTINHO; BARA; VARGAS, 2012, p. 8)

A nova concepção de cenário veio como uma forma de aproximar o telespectador do jornal, assim como tornar o noticiário mais dinâmico e informal. O tom dos apresentadores seguiu a mudança de formato, sendo que eles passaram a sorrir mais e dar algumas notícias utilizando um tom de voz mais leve. A nova postura busca fazer com que o telejornal seja uma forma simples de transmitir informação e ter contato com a população que assiste.

Uma característica observada na nova cena de apresentação é a presença constante da equipe externa com participações ao vivo. A concepção do novo cenário é uma demonstração de que o telejornal, cada vez mais, quer servir de ponte entre a rua, o estúdio e o ambiente doméstico, tendo a cena de apresentação intermediando todo o simulacro do contato. (COUTINHO; BARA; VARGAS, 2012, p.12)

Como citado acima, a nova concepção do jornal busca fazer com que o público sinta-se a vontade para receber a notícia, além de tornar o conteúdo mais dinâmico e variado, principalmente por conta do aumento das inserções das externas, as matérias realizadas na rua.

O tema das reportagens e matérias do MGTV é, em sua concepção, as principais notícias que abrangem toda a cidade de Juiz de Fora e sua região, contemplando com as informações as 105 cidades cobertas pela edição do jornal. Sendo assim, o ideal do jornal é buscar apresentar uma compilação de todos os acontecimentos mais importantes, com a limitação óbvia do tempo de telejornal, das demais cidades de alcance, além de Juiz de Fora, a cidade sede.

Nas duas edições, procura-se focar assuntos relacionados ao âmbito local. A cobertura dos problemas da comunidade, expostos e debatidos com as autoridades, através de flashes nas ruas, entrevistas e reportagens compõem a estrutura do telejornal. (MARTINS, 2007, p.7)

Como reafirmado por Martins, o foco da programação do jornal é apresentar as questões e problemas enfrentados pelas cidades de cobertura e discutir os problemas com as autoridades e especialistas. Além disso, o MGTV 1ª Edição apresenta diversas matérias sobre comportamento, saúde, beleza, bem-estar, dentre outros assuntos dessa natureza. A possibilidade de explorar tal gama de assuntos dá-se pela duração do telejornal, que é quase três vezes maior do que o jornal da noite.

Apesar de ser o único telejornal local, sendo que todos os outros jornais da grade de programação da Rede Globo são apresentados nacionalmente, as questões voltadas para o âmbito estadual são praticamente descartadas das pautas diárias do jornal. Além disso, o MGTV 1ª Edição não tem como tradição tratar de questões políticas, a não ser em reportagens que apresentem problemas na cidade que são de ordem de manutenção da prefeitura.

Segundo Martins (2007), as pautas relacionadas à política são enquadradas na segunda edição do telejornal, que possui um caráter mais sério e formal, em relação à primeira edição. Mesmo assim, as questões políticas tratadas são, em quase sua totalidade, de cunho local. Considerando-se que a primeira edição do telejornal possui uma duração maior, e que é apresentada no horário do almoço, horário acessível a uma parcela significativa da população, este se torna para muitos a única forma de informação a respeito das ações governamentais, em âmbito estadual, durante a programação da Rede Globo.

Dessa forma, chegamos ao nosso objeto de análise. Apesar de possuir uma vocação local, o MGTV 1ª Edição apresenta em suas pautas alguma notícia relacionada ao governo de Minas Gerais? Em caso positivo, qual é a costumeira inclinação dessas

notícias em relação ao governo? A questão fundamental é saber e entender como a população de Juiz de Fora e região está sendo informada a respeito do governo de seu estado.

Afinal de contas, como já levantado anteriormente, a relação entre imprensa e poder político é estreita, sendo que a televisão é um meio capaz de modificar e formar opiniões, sejam elas favoráveis ou contra determinados políticos e máquinas administrativas. Como levantado no início do presente capítulo, a cidade de Juiz de Fora se encontra próxima ao estado do Rio de Janeiro, o que torna ainda mais importante que a população saiba, através dos seus veículos de informação, o que se passa na capital de seu estado, Belo Horizonte, para que haja uma consciência política formada de maneira adequada na cidade.

3.3 A PARCERIA DE AÉCIO, ANASTASIA E A IMPRENSA

Ainda hoje, uma das formas mais comuns de entrada na política no Brasil é por hereditariedade. Vários políticos renomados colocam seus filhos, sobrinhos ou netos no cenário do poder público, onde ganham notoriedade com maior facilidade por seus sobrenomes já conhecidos dos eleitores. Com um avô renomado nacionalmente como Tancredo Neves, a trajetória de Aécio Neves seguiu esses mesmos passos. A vida política de Aécio começou logo aos 22 anos, quando assessorou Tancredo na campanha política ao governo do estado de Minas Gerais. (Fonte: <<http://www.aecionevesdacunha.com/2009/10/biografia-do-governador-aecio-neves.html>> - acessado em 28/09/2012)

Após essa experiência, o neto de Tancredo Neves cumpriu quatro mandatos como deputado, até que em 2002 candidatou-se ao governo de Minas Gerais, cargo que já havia sido ocupado por seu avô há vinte anos. Assim, os mineiros escolheram Aécio como seu novo governador, que comandaria o estado pelos próximos oito anos. Contando com o apoio de político de grande importância no cenário mineiro, e com a benção do então governador Itamar Franco, ele elegeu-se governador do estado de Minas Gerais ainda no primeiro turno, com 58% dos votos válidos registrados na ocasião, o que contabilizou mais de cinco milhões de votos para o candidato.

Em 2006, Aécio Neves conquistou a reeleição sem dificuldades, vencendo novamente no primeiro turno, dessa vez com 77% dos votos válidos computados na ocasião, um recorde de votação em Minas Gerais. (Fonte: <http://www.aecionevesdacunha.com/2009/10/biografia-do-governador-aecio-neves.html> - acessado em 26/09/2012). No pleito seguinte, em 2010, o então governador não pode concorrer ao cargo novamente, pelas leis eleitorais brasileiras, que permitem apenas uma reeleição nos cargos de prefeito, governador e presidente. Sendo assim, Neves candidatou-se ao cargo de Senador da República, função que ocupa atualmente.

Contando ainda com grande apoio da população mineira, que em sua maioria aprovava seu trabalho nos dois mandatos, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) lançou, como candidato ao governo, o então vice-governador do estado, Antônio Anastasia. Com a presença constante de Aécio nos programas eleitorais e comícios, Anastasia venceu as eleições ainda no primeiro turno, registrando 62,71% dos votos válidos.

Assim, o povo mineiro mostrou, por três eleições seguidas, a confiança e aprovação no trabalho realizado por Aécio Neves, elegendoo por duas vezes consecutivas e, posteriormente, elegendoo seu sucessor natural, que atuou como vice-

governador em seu segundo mandato. Em todos os casos, os pleitos foram decididos no primeiro turno, o que demonstra um anseio por continuidade do trabalho realizado. Daí surge uma questão: será que a imprensa mineira exerceu alguma influência para que as votações fossem tão expressivas, ou serão os números reflexos apenas de um ótimo trabalho?

Fala-se, no meio jornalístico em Belo Horizonte, que existe coação aos meios de comunicação por parte do governo do estado, principalmente pela influência de Andréia Neves, irmã do atual senador Aécio Neves. Segundo algumas opiniões, a informação em Minas Gerais passa pelo crivo da política desde o ano de 2002, quando Aécio foi eleito governador. Desde então, algumas notícias são suprimidas das páginas dos jornais, enquanto outras têm sua inclinação modificada, sempre falando em favor do político e seu partido.

Começo a acreditar que não se pode discordar publicamente do governador Aécio Neves, sob o risco de sofrer pesadas retaliações. A exemplo de Kajuru e Dines, Massote também foi censurado, pois seu último artigo intitulado "A última batalha de Brizola" não foi publicado pelo jornal como costumeiramente. Posteriormente, o professor foi "excluído" do quadro de colaboradores. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA apud MENEZES, Bruno et al., 2004)

Segundo a citação acima, a publicação Observatório da Imprensa faz uma acusação em seu editorial de que alguns jornalistas sofreram censura por parte do governo de Minas Gerais, ao publicarem notícias de cunho negativo sobre a ação do poder público estadual. Tais jornalistas sofreram retaliações por conta daquilo que escreveram. Se os fatos realmente ocorreram, cabe a cada um julgar, uma vez que não foi aberto nenhum inquérito judicial para a apuração dos fatos relatados.

De acordo com o estudo realizado em um trabalho de conclusão de curso da faculdade PUC, de Belo Horizonte, dois fatos ocorridos durante o primeiro governo de

Aécio Neves evidenciam o caráter de apoio de imprensa da capital ao governador, sendo que a publicação de notícias relacionadas à greve da Polícia Militar, em 2004, foi polarizada. Segundo eles, em um primeiro momento, quando estavam sendo feitas manifestações por aumento de salários e melhores condições de trabalhos, antes da deflagração da greve, nenhuma notícia a esse respeito foi veiculada.

A reclamação dos policiais era referente falta de publicação das matérias. “Havia cobertura, o que não havia era publicação. Não houve um evento em que a Globo, não estivesse presente. Eles faziam, mas não saía, ou era algo parcial favorecendo o governo”, disse o policial em uma entrevista concedida ao grupo. (MENEZES et al., 2006, p.57)

Como dito acima, o fato é que a imprensa – no caso descrito acima, a TV Globo – cobria as manifestações da polícia, mas não divulgava em seus jornais. Posteriormente, quando a greve foi deflagrada, as reportagens divulgadas diziam respeito à falta de policiamento nas ruas, aos problemas de segurança enfrentados pela população. Em um dos jornais, foi divulgado que a população tentou ir às delegacias e encontrou as portas fechadas, sem saberem o porquê disso (MENEZES et al, 2006, p. 59).

Em um outro momento estudado pelo grupo, o então governador anunciou o Déficit Zero, ou seja, o equilíbrio das contas do estado de Minas Gerais, fazendo com que o estado não fosse devedor de nenhum outro órgão de poder público e de nenhuma empresa de cunho privado, para colocar suas contas em dia. Pelo o que é possível depreender do trabalho, a questão foi amplamente explorada pelos jornais, sempre apontando positivamente para o trabalho do governo mineiro.

Segundo entrevista realizada pelo grupo com o jornalista Marcelo Portela, do jornal O Estado de Minas, era corriqueiro no jornal o posicionamento favorável ao governador do estado, Aécio Neves. Segundo ele, não era divulgado nada que fosse

contrário ao governo. Mas essa posição do jornal era baseada simplesmente em apoio ao político, assim como em uma questão econômica. “No entanto, ele não deixou de informar que o problema também era econômico.” (MENEZES et al, 2006, p. 60).

Segundo o diretor de Relações Institucionais da Editora Abril, Sidnei Basile, em debate realizado pelo Observatório da Imprensa, em 2009, a publicidade é fundamental para o exercício do jornalismo, uma vez que é o elemento financiador dos jornais, e garante as condições de trabalho dos jornalistas, subsidiando os equipamentos utilizados, seu deslocamento e salário.

Temos duas fontes de receita, os anunciantes e os leitores. A importância da publicidade é ainda mais relevante se levarmos em conta que na média ela responde a 50% do nosso faturamento. O que ela acaba fazendo realmente é criar condições para que nós possamos fazer, adequadamente, o nosso trabalho. Em boa medida, ela financia não apenas a informação e o entretenimento, mas também o trabalho de tantos jornalistas que estão apurando as denúncias de corrupção. (BASILE, 2009)

Talvez parte da simpatia dos órgãos de comunicação da imprensa mineira, em especial da capital do estado, parta da questão do financiamento de parcela significativa da renda de publicidade dos jornais. Segundo o jornalista J.R. Guzzo (2005), o governo federal, desde a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, gasta a vultosa soma anual de 500 milhões de reais com publicidade oficial, divulgada nos meios de comunicação. Em Minas Gerais, no governo Aécio Neves, era gasto uma média de 35 milhões de reais com publicidade, grande parte disso distribuída pelos jornais da capital. Isso explica a relação amistosa entre os editores e donos de jornal e o poder estadual, uma vez que sem essa soma, os jornalistas ficam impossibilitados de trabalhar.

Considerando-se que o governo atual de Minas Gerais, realizado por Antônio Anastasia, representa a continuidade dos trabalhos realizados por Aécio Neves,

inclusive com a manutenção de algumas peças da equipe de governo, não é difícil concluir que grande parte das práticas adotadas anteriormente continua pautando as ações governamentais. Com base nisso, e deslocando a discussão para a nossa cidade, Juiz de Fora, será feita uma análise sobre a participação e o enfoque dado às notícias relativas ao poder estadual no MGTV 1ª Edição, principal telejornal da cidade. A influência que diz-se existir em Belo Horizonte também se configura em Juiz de Fora, ou as relações entre governo e mídia são diferentes no interior?

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO: A PRESENÇA DO GOVERNO MINEIRO NO MGTV 1ª EDIÇÃO

No presente capítulo, serão analisadas doze edições do telejornal MGTV 1ª Edição, entre os dias 21 de maio e 1º de junho de 2012. Ao todo, foram estudadas dez edições, de segunda-feira a sexta-feira. O telejornal é apresentado pela jornalista Érica Salazar, e na época estudada foi ao ar entre 12h05 e 12h50, de segunda-feira a sábado. A intenção da análise é perceber como se dá o enfoque em questões relativas ao governo do estado de Minas Gerais, uma vez que o MGTV, juntamente com a sua segunda edição, é o único telejornal da grade de programação da Rede Globo voltado para as questões locais, sendo segmentado de acordo com a região.

Para realizar a análise, serão utilizados os procedimentos criados por Lawrence Bardin, em 1977. O procedimento adotado será a análise categorial de conteúdo, descrita pelo autor como aquela que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos categóricos” (BARDIN, 1977, p. 153).

Ou seja, o conteúdo dos jornais foi analisado, de forma a classificá-los de acordo com categorias de conteúdo. A ideia é que se possa observar quais são os assuntos que possuem maior destaque e presença no noticiário, e compará-los com o nosso objeto em questão, que são as notícias relacionadas ao governo de Minas Gerais. Pretende-se perceber a relevância dada a cada tópico, buscando entender quais são os critérios de noticiabilidade do jornal.

Todos os momentos da análise propostas por Bardin foram respeitados: a pré-análise, na qual foi feito o contato com as leituras existentes sobre o tema; a escolha do documento, que consistiu na decisão sobre o momento que seria pesquisado;

formulação das hipóteses; preparação do material para análise; exploração do mesmo e, por fim, a explicitação dos resultados obtidos, postos em análise de acordo com a situação obtida.

Para realizar a pesquisa, foram escolhidas duas semanas de transmissão do jornal aleatoriamente, uma vez que o objetivo centrou-se na percepção da relação entre o noticiário e o governo mineiro em momentos corriqueiros, e não em alguma situação específica. O que se pretende compreender é como a população de Juiz de Fora e região é informada a respeito do expediente normal de seu governo estadual, uma vez que este é o criador de uma série de normas regulatórias e o responsável pelo funcionamento das instituições estaduais que funcionam no município, como a Polícia Militar e as escolas estaduais de ensino, por exemplo.

4.1 A ANÁLISE

No dia 21 de maio de 2012, primeiro dia das análises de conteúdo do MGTV 1ª Edição, não foi observada nenhuma matéria que fosse relacionada diretamente com o expediente do governo do estado de Minas Gerais. Contudo, dos 45 minutos totais do jornal, foram gastos dois minutos e 40 segundos em uma entrevista com um capitão do Corpo de Bombeiros, e três minutos e 28 segundos em uma entrevista com um capitão da Polícia Militar. Ambas as instituições são gerenciadas em âmbito estadual.

No caso do Corpo de Bombeiros, a entrevista fazia parte da divulgação de um evento que começaria naquele dia, chamado Ação no Bairro. O objetivo do evento era conscientizar a população a respeito do trabalho de diversos agentes públicos. A

entrevista foi concedida ao repórter Ricardo Ribeiro, que fez perguntas sobre o trabalho dos agentes do Corpo de Bombeiros, sempre de maneira a falar positivamente da ação dos profissionais. “E por que, às vezes, a gente fala ‘Corpo de Bombeiros’ e as pessoas logo pensam em combate a incêndio. Vocês fazem um trabalho muito mais amplo do que combater incêndio, não é mesmo, capitão?” (Ricardo Ribeiro, MGTV 1ª Edição, 21/05/2012).

Como é possível perceber na frase acima, o repórter buscou incitar o entrevistado a responder sobre a importância e a qualidade do trabalho realizado pela corporação. Dessa forma, podemos classificar a matéria como positiva, uma vez que o tema abordado na entrevista foi diretamente relacionado com a qualidade e a importância dos serviços realizados pela instituição.

O mesmo ocorre com a entrevista realizada com um capitão da Polícia Militar. O assunto abordado era o início dos trabalhos de uma patrulha de prevenção de homicídios, iniciativa da polícia. Mais uma vez, o repórter tratou do trabalho dos policiais militares sempre de uma forma positiva, fazendo perguntas que pudessem ser respondidas de maneira a qualificar o trabalho. Dentre as respostas do capitão, pode ser observado o viés positivo da entrevista.

E a Polícia Militar vem trabalhando, através da filosofia de polícia comunitária, que vem buscar o envolvimento da comunidade no auxílio do trabalho de prevenção. Então, é a comunidade ajudando, a polícia estando junto com a comunidade, e os dois fazendo a segurança e a paz social na sociedade. (Capitão Geovane, MGTV 1ª Edição, 21/05/2012)

Sendo assim, o telejornal apresentou as corporações estaduais de forma positiva, qualificando seus trabalhos. Os rumos da entrevista foram todos levados para o lado da apresentação do trabalho dos bombeiros e policiais da corporação de Minas Gerais, mostrando a qualidade dos serviços apresentados e a proximidade das

instituições em relação à comunidade, como pode ser observado na resposta dada pelo capitão da Polícia Militar na segunda entrevista.

Todo o restante do jornal foi dividido, basicamente, em outros oito assuntos: o programa Ação no Bairro, esportes, comportamento, greve na UFJF, o quadro fixo do jornal Profissão S.A., que apresenta a cada dia uma diferente profissão, notícias gerais da região, os principais delitos registrados na região, como assassinatos e assaltos e a previsão do tempo. O tempo gasto com esportes foi o que ocupou maior parte do jornal, somando mais de 12 minutos. Porém, as duas entrevistas realizadas com as corporações estaduais tiveram uma duração considerável, em relação às demais matérias do jornal.

Quadro 1 – Assunto x Tempo 21/05/2012

Assunto	Tempo
Esporte	12 min 37
Ação no Bairro / Entrevista Corpo de Bombeiros	7 min 35 / 2 min 40
Comportamento	6 min 17
Ocorrências e delitos	4 min 43
Entrevista da Polícia Militar	3 min 28
Profissão S.A.	1 min 21
Notícias Gerais	1 min 20
Previsão do Tempo	1 min 03
Greve UFJF	56s

Como é possível perceber, as corporações estaduais foram o terceiro assunto de maior destaque do telejornal, e nos dois casos foram realizadas entrevistas com

responsáveis. Apesar de não terem utilizado em nenhum momento referências ao governo do estado, as matérias realizadas possuíram um destaque positivo para o governo estadual.

No segundo dia de análise, dia 22 de maio, terça-feira, mais uma vez não foi citado em nenhum momento o governo estadual ou o nome do governador Antônio Anastasia. Novamente, a única notícia que possuiu alguma relação com o governo de Minas Gerais falou sobre a Polícia Militar de Minas Gerais. E mais uma vez, o tema foi abordado de forma positiva, apresentando novamente a patrulha de prevenção de homicídios, assunto que já havia sido pauta no dia anterior. A reportagem apresentou o trabalho realizado, qualificando-o como positivo novamente.

Desta vez, a reportagem acompanhou o trabalho dos policiais durante uma manhã de patrulhamento, apresentando um caso específico de um jovem que havia sido baleado durante uma briga, e mostrando como o trabalho da polícia poderia impedir que algo pior viesse a acontecer em um futuro próximo com aquele indivíduo. Novamente, o trabalho dos policiais foi qualificado positivamente, na edição das respostas dos policiais, nas perguntas do repórter e também na edição das imagens, que mostrava os profissionais conversando com a vítima e sua mãe na casa deles.

A principal diferença do trabalho aqui é que a Polícia Militar vai até o local onde podem acontecer possíveis homicídios, mesmo depois de registrada a ocorrência. O trabalho aqui é preventivo e também para colher informações. (Luciano Teixeira, MGTV 1ª Edição, 22/05/2012)

Como pode ser percebido, o repórter Luciano Teixeira apresentou as principais atribuições da recém inaugurada patrulha, mostrando como o trabalho é importante e de qualidade. Mais uma vez, a instituição foi qualificada pelo telejornal, mostrando a importância fundamental de seu trabalho. O assunto ganhou dois minutos e 52 segundos do tempo do jornal.

O quadro que possuiu maior destaque, em relação ao tempo gasto, foi o quadro Profissão S.A., que teve sua duração total de 11 minutos e 10 segundos, ocupando um bloco inteiro do jornal. O quadro sobre a Polícia Militar foi o quinto de maior duração, mas destaca-se por apresentar três entrevistas, com o policial, a mãe da vítima e a vítima, e acompanhar os trabalhos da polícia durante uma manhã inteira.

Quadro 2 – Assunto x Tempo 22/05/2012

Assunto	Tempo
Quadro Profissão S.A.	11 min. 10s
Esporte (Copa Integração + centenário do Tupi)	8 min 50s
Ação no Bairro - Saúde	7 min 08s
Quadro Parceiros do MG	4 min 11s
Patrulha de Prevenção à Homicídios – Polícia Militar	2 min. 52s
Chamada para matéria do dia seguinte	1 min. 33s
Notícias gerais da região	1 min. 15s
Previsão do tempo	55s
Educação	40s

Na quarta-feira, 23 de maio de 2012, não foi apresentada nenhuma matéria que possuísse relação com o tema de enfoque deste trabalho, sendo que o jornal restringiu-se apenas às matérias relativas à cidade de Juiz de Fora e sua região. Em nenhum momento foi citado o governo do estado, assim como qualquer instituição ou corporação de responsabilidade estadual.

Quadro 3 – Assunto x Tempo 23/05/2012

Assunto	Tempo
Quadro MG Tec	10 min. 10s
Esportes	7 min.
Reportagem sobre a Praça da Estação	6 min. 30s
Ação no Bairro	5 min. 30s
Quadro MG Móvel	2 min. 35s
Ocorrências e delitos	1 min. 10s
Notícias gerais da região	1 min. 05s
Previsão do Tempo	50s
Educação	38s

No dia 24 de maio de 2012, quinta-feira, mais uma vez a Polícia Militar do estado de Minas Gerais voltou a ser pauta do telejornal. Dessa vez, a matéria apresentada abordou o treinamento dado aos cães da PM, que ajudam os policiais no combate ao crime. A reportagem, conduzida por Ricardo Ribeiro, apresentou o treinamento dos cães da corporação e entrevistou o Sargento Gonzalez, responsável pelo treinamento dos animais.

A reportagem pode ser avaliada de forma positiva, uma vez que apresentou de forma descontraída o trabalho dos policiais, juntamente aos cães. Em um clima ameno, as imagens mostravam os animais fazendo acrobacias e exercícios de obediência aos policiais. O gancho da matéria era a presença da apresentação dos cachorros no evento Ação no Bairro, que ocorreu no sábado seguinte, dia 26 de maio.

- Ricardo Ribeiro: Esse treinamento é justamente para vocês colocarem em prática em ações de campo, em um mato, em uma busca a um assaltante.
- Sgt. Gonzalez: É o dia-a-dia nosso. Os cães aqui fazem duas horas por dia de treino intensivo para chegarem no serviço operacional preparados. E a ocorrência ter êxito tanto na localização de entorpecentes, captura. É o nosso trabalho do dia-a-dia. (MGTV 1ª Edição, 24/05/2012)

Como pode ser percebido no trecho da entrevista acima, o repórter buscou apresentar a qualidade do trabalho dos policiais em relação ao uso dos cães em suas operações. Dessa forma, foi apresentada de forma positiva a ação dos policiais. A reportagem teve duração total de três minutos e 23 segundos, sendo o tema de quarta maior duração do dia, atrás de esportes, comportamento e educação, que tratou do vestibular.

Quadro 4 – Assunto x Tempo 24/05/2012

Assunto	Tempo
Esportes	13 min.
Comportamento	12 min. 50s
Quadro MG Responde	5 min. 20s
Educação	3 min. 25s
Polícia Militar	3 min. 23s
Ocorrências e Delitos	1 min. 40s
Ação no Bairro	46s
Notícias gerais da região	40s
Saúde	30s

Na sexta-feira, dia 25 de maio de 2012, o MGTV 1ª Edição não apresentou nenhuma notícia que pudesse ser relacionada ao governo de Minas Gerais ou qualquer de suas instituições ou corporações. Nos telejornais observados às sextas-feiras, é

corriqueiro que o tom do programa seja mais leve, apresentando notícias de conteúdo voltado para comportamento, cultura e lazer. Como comprovação desse fato, os dois temas de maior destaque no dia foram esporte, comportamento e a agenda cultural do final de semana.

Quadro 5 – Assunto x Tempo 25/05/2012

Assunto	Tempo
Esportes	9 min. 45s
Agenda Cultural	7 min. 20s
Comportamento	6 min.
Ação no Bairro	4 min. 17s
Variedades	3 min. 15s
Limpeza urbana	2 min. 45s
Chamada para outro programa	1 min. 30s
Notícias gerais da região	1 min. 15s
Previsão do Tempo	45s
Ocorrências e delitos	22s

Na segunda-feira, dia 28 de maio, dois temas que possuem relação com o poder estadual foram abordados. Primeiramente, o telejornal apresentou, ao contrário dos dias anteriores, uma matéria de cunho negativo sobre a Polícia Militar de Minas Gerais. A reportagem foi sobre uma denúncia feita por um jovem, que alegou ter sido agredido gratuitamente por policiais na saída de uma festa, em Juiz de Fora. Foi realizada uma entrevista com a vítima, que relatou os pormenores do ocorrido. No caso, ele mesmo procurou a produção do MGTV para realizar a denúncia. A notícia ocupou

três minutos e 45 segundos do tempo do jornal.

Segundo a reportagem, que foi feita toda em *off*, ou seja, sem a presença física do repórter durante a narrativa, apresentou os locais narrados pelo jovem como sendo onde ele foi pego pelos policiais e onde foi deixado. Sem identificar o rosto da vítima, a matéria apresentou todos os fatos ocorridos, de acordo com a visão da vítima, que apareceu sendo filmada apenas do pescoço para baixo, com o braço imobilizado. O texto foi em caráter de denúncia.

A vítima mostrou ferimentos que teriam sido provocadas pelas agressões dos policiais. Inclusive, segundo ele, as marcas das algemas nos punhos. O auxiliar de cozinha foi atendido no Hospital de Pronto Socorro. O braço direito foi imobilizado por causa de uma luxação. A vítima contou ainda, que, depois de ser agredido, os policiais jogaram na rua objetos pessoais dele: celular, tênis, cordão e boné. (MGTV 1ª Edição, 28/05/2012)

Como pode ser observado no fragmento apresentado, a notícia possui um caráter altamente negativo, uma vez que apresentou uma ação criminosa dos policiais. Após a matéria, a apresentadora Érica Salazar apresentou, ainda, mais três casos de abuso de poder policial, que geraram agressões ou mortes. Um caso registrado em Juiz de Fora, um em Bicas e outro em Santos Dumont.

Outras agressões realizadas por policiais foram registradas na região. Em Juiz de Fora, uma mulher de 51 anos morreu depois de ser atingida por tiros em um bar, no bairro Ipiranga. De acordo com o boletim de ocorrência, ela se desentendeu com um policial. Neste mês de maio, um homem foi assassinado em Bicas. De acordo com a Polícia Militar, a morte aconteceu durante uma abordagem. O homem caminhava pela rua, quando foi parado pela PM, que tentou revistá-lo. Ele teria reagido e tentou sacar uma arma do bolso. A vítima tinha 40 anos e morava em Franca, São Paulo. A polícia disse que o sargento fez o disparo para se defender. Em fevereiro, um adolescente de 15 anos morreu em Santos Dumont. Ele também foi atingido por tiros, disparados por um policial. Ele e outros três menores furtaram morangos em uma mercearia. Depois do crime, foram perseguidos. O menor chegou a ficar internado em Juiz de Fora, mas não resistiu aos ferimentos. (MGTV 1ª Edição, 28/05/2012)

Como pode ser observado, a matéria completa apresentou quatro casos de

agressões ou mortes causadas por polícias. Uma com cobertura da reportagem de rua, e mais três apresentadas no estúdio. Apesar de, na sequência, a apresentadora ter dado margem para as explicações oficiais da assessoria de comunicação da Polícia Militar, que apresentou os argumentos e processos administrativos que estão sendo realizados em cada caso, a notícia pode, sem dúvida alguma, ser classificada de forma negativa para a corporação.

Na mesma edição, foi apresentada uma nota seca, ou seja, matéria que apresenta somente a fala do apresentador no estúdio, a respeito de uma ação realizada pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Segundo a notícia, seria realizada, naquele dia, uma reunião extraordinária de julgamento de policiais civis e militares, suspeitos de envolvimento em contravenções como jogo do bicho e máquinas caça-níqueis.

A Assembléia Legislativa de Minas discute hoje, em Belo Horizonte, denúncias de crime organizado em Juiz de Fora. A audiência pública da Comissão de Direitos Humanos está marcada para 13h30, e também terá como tema o possível envolvimento de policiais civis e militares em contravenções, como jogo do bicho e máquinas caça-níqueis. (MGTV 1ª Edição, 28/05/2012)

Apesar de a nota possuir apenas 16 segundos, ocupando pouco tempo no jornal, é interessante observar que, no único dia em que foi realizada uma matéria que depõe contra um órgão do governo estadual, no caso a Polícia Militar, foi apresentada também uma notícia que apresenta uma ação de uma instituição estadual, a Assembléia Legislativa, que instaurou um inquérito para apurar denúncias de irregularidades na corporação. De certa forma, mostra que o governo já está mobilizado contra qualquer tipo de anomalia nos serviços prestados pela polícia.

As demais notícias apresentadas no dia não possuem relação com o tema abordado na presente análise, restringindo-se à acontecimentos da cidade de Juiz de

Fora e sua região. Mais uma vez, o tema de maior destaque foi o esporte. A notícia relativa à Assembléia Legislativa recebeu o menor tempo das notícias apresentadas no jornal. Mesmo assim, vale o destaque positivo da notícia, que contrabalanceou a notícia negativa envolvendo os policiais militares.

Quadro 6 – Assunto x Tempo 28/05/2012

Assunto	Tempo
Esportes	18 min.
Comportamento	6 min.
Educação	5 min. 45s
Denúncia contra a Polícia Militar	3 min. 45s
Ação no Bairro	2 min. 40s
Chamada quadro Profissão S.A.	1 min. 30s
Saúde	1 min. 20s
Ocorrências e Delitos	1 min. 20s
Notícias Gerais da região	1 min. 15s
Previsão do Tempo	50s
Assembléia Legislativa de MG	16s

Na terça-feira, dia 29 de maio de 2012, somente uma notícia que possui relação com o governo do estado de Minas Gerais foi apresentada. Foi lida uma nota seca, que apresentava os desdobramentos da reunião extraordinária da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, assunto abordado na edição do dia anterior. A nota teve duração de 35 segundos, coberta por algumas imagens do delegado envolvido nos esquemas fraudulentos, Fernando Camarotta.

A Assembléia Legislativa de Minas decidiu, ontem, depois de uma reunião extraordinária, transferir o delegado Fernando Camarotta de Juiz de Fora para Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte. Em abril, ele foi citado pelo empresário Frederico Arbex, acusado de promover jogos de azar em Juiz de Fora. Como agente, ele receberia propina do jogo do bicho e caça-níqueis. Oficiais da Polícia Militar de Juiz de Fora também estariam envolvidos no esquema denunciado por um deputado estadual. O ato foi publicado oficialmente no Diário Oficial de Minas Gerais, e ele tem até dez dias para se apresentar. (MGTV 1ª Edição, 29/05/2012)

Apesar de apresentar denúncias contra a Polícia Militar, a notícia pode ser caracterizada como positiva, uma vez que apresenta o trabalho de um órgão estadual, a Assembléia Legislativa, que está realizando um trabalho de “limpa” nas corporações do estado que realizam contravenções. Sendo assim, atesta a favor do trabalho realizado pelo poder legislativo do governo estadual. Apesar do pouco tempo dado à notícia, ela foi a única do dia a abordar questões relativas ao governo de Minas Gerais.

O resto do conteúdo do telejornal ficou por conta de notícias relacionadas à região e reportagens especiais sobre comportamento e vestibular.

Quadro 7 – Assunto x Tempo 29/05/2012

Assunto	Tempo
Quadro Profissão S.A.	11 min.
Saúde	6 min. 22s
Esportes	5 min. 36s
Comportamento	5 min. 25s
Educação	3 min. 10s
Cultura	2 min. 14s
Ocorrências e Delitos	1 min. 21s
Chamada MG Tec	1 min. 15s
Notícias gerais da região	1 min. 05s
Previsão do Tempo	45s
Assembléia Legislativa de MG	35s

Nos demais dias analisados, entre 30 de maio de 2012 e 1º de junho de 2012, não foi observada mais nenhuma reportagem ou notícia que possuísse qualquer relação com o governo de Minas Gerais ou qualquer um de seus órgãos. As notícias, nos dias mencionados, relacionavam-se exclusivamente com a cidade de Juiz de Fora e sua região, sendo que nenhuma atividade relativa ao poder estadual foi descrita nas matérias apresentadas.

Na quarta-feira, dia 30 de maio de 2012, os principais temas do telejornal foram saúde, que apresentou a situação da cidade, e o quadro MG Tec, que falou sobre música no celular.

Quadro 8 – Assunto x Tempo 30/05/2012

Assunto	Tempo
Saúde	12 min. 20s
Quadro MG Tec	9 min. 15s
Projetos de ONG's	5 min. 30s
Comportamento	4 min. 15s
Meio ambiente	2 min. 45s
Notícias gerais da região	1 min. 10s
Educação	1 min.
Previsão do Tempo	40s
Ocorrências e Delitos	20s
Esportes	17s

Na quinta-feira, 31 de maio, o jornal apresentou um especial sobre o aniversário de 162 anos da cidade. Dessa maneira, grande parte do tempo do telejornal foi dedicado ao tema, onde foram apresentadas algumas comemorações relativas à data que estavam ocorrendo no centro da cidade. Na edição, outros temas também receberam um tempo considerável: saúde, educação e esporte. Com esses quatro assuntos, o jornal ocupou praticamente todo o tempo dessa edição.

Quadro 9 – Assunto x Tempo 31/05/2012

Assunto	Tempo
Aniversário de Juiz de Fora	16 min. 45s
Esportes	6 min. 05s
Saúde	5 min. 30s
Educação	5 min. 25s
Notícias gerais da região	1 min. 10s
Ocorrências e delitos	1 min.
Previsão do Tempo	55s

Na sexta-feira, dia 1º de junho, último dia da nossa análise, novamente o tempo do jornal foi ocupado com notícias mais informais, como a agenda cultural do final de semana e uma matéria especial do quadro MG Responde, sobre direitos e deveres de empregados e empregadores, onde um profissional respondeu as questões enviadas pelo público. Mais uma vez, nenhum órgão relacionado ao governo estadual, assim como o próprio, foi citado na edição do jornal.

Quadro 10 – Assunto x Tempo 01/06/2012

Assunto	Tempo
Quadro MG Responde - empregos	11 min.15s
Agenda Cultural	8 min. 35s
Aniversário de Juiz de Fora	6 min. 20s
Batalhão do Exército (segurança da Rio +20)	5 min.
Saúde	2 min. 45s
Táxis de Juiz de Fora	2 min. 35s
Notícias gerais da região	1 min.
Chamada programa Bem-Viver	40s
Previsão do Tempo	40s

Após o final das duas semanas de análise do conteúdo do jornal, foram apresentadas, no total, sete matérias que possuem relação com o governo de Minas Gerais. Entretanto, as matérias analisadas foram a respeito de órgãos que são gerenciados, contratados e pagos pelo governo, como é o caso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. As matérias remanescentes não tratam diretamente das ações do poder executivo, uma vez que apresentam uma ação realizada pelo poder legislativo.

É possível notar também que, em nenhum momento, foi feita menção ao nome do governador, nem às suas ações diretas. Em todos os casos, o governo de Minas Gerais foi omitido das reportagens, fazendo com que seja necessário o conhecimento do regime de contratação das corporações para que se saiba que são relacionadas ao governo do estado.

Apesar disso, podemos perceber que, das sete matérias analisadas, seis delas

possuem um enquadramento positivo das ações descritas, fazendo com que a visão geral do telejornal sobre as atribuições e ações do governo estadual seja positiva. No total, foram gastos 16 minutos e 59 segundos com os temas, em duas semanas de jornal. Na relação percentual de matérias positivas e negativas, chegamos ao seguinte panorama:

Quadro 11 – Percentual matérias positivas x negativas

	Positivas (tempo)	Negativas (tempo)
	13 min. 14s	3 min. 45s
Percentual	79,2%	20,8%

Ou seja, as notícias positivas ocuparam cerca de quatro vezes mais tempo do que as notícias de cunho negativo. De maneira geral, pode-se dizer que o telejornal MGTV 1ª Edição possui uma abordagem positiva em relação ao tema.

Por outro ponto de vista, do tempo gasto no telejornal com cada categoria de assunto, somando-se as duas semanas analisadas, chegamos ao seguinte panorama:

Quadro 12 – Panorama Geral 21/05 a 01/06

Assunto	Tempo
Esportes	81 min. 10s
Comportamento	40 min. 47s
Saúde	28 min. 47s
Ação no Bairro	27 min. 56s
Quadro Profissão S.A.	23 min. 30s
Aniversário de Juiz de Fora	23 min. 05s
Educação	20 min. 05s

Quadro MG Tec	19 min. 25s
Notícias relacionadas ao governo de MG	16 min. 59s
Quadro MG Responde	16 min. 35s
Agenda Cultural	15 min. 55s
Variedades	15 min. 35s
Ocorrências e delitos	11 min. 55s
Notícias gerais da região	11 min. 15s
Previsão do tempo	8 min. 23s
Matéria sobre a Praça da Estação	6 min. 30s
Chamadas de quadros e programas	6 min. 28s
Matéria exército	5 min.
Quadro Parceiros do MG	4 min. 11s
Limpeza Urbana	2 min. 45s
Meio Ambiente	2 min. 45s
Quadro MG Móvel	2 min. 35s
Greve UFJF	56s

Como é possível perceber, através do quadro acima, as matérias que possuem relação com o governo de Minas Gerais foram, somadas, o nono assunto de maior tempo gasto nas duas semanas estudadas. Em relação às palavras utilizadas, em nenhum momento foi utilizado o nome do governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, assim como o termo “governo de Minas Gerais”. Pode-se dizer, assim, que o jornal faz pouco uso, em seu expediente, de notícias voltadas para o âmbito estadual, de uma forma geral, restringindo-se na maior parte do tempo à notícias relativas à cidade

de Juiz de Fora, e, algumas vezes, à região do entorno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi observado na análise realizada, podemos perceber dois pontos fundamentais, relacionados ao enfoque dado pelo MGTV 1ª Edição ao governo do estado de Minas Gerais, centrado na figura do governador Antônio Anastasia.

O primeiro ponto fundamental é a escassez de matérias relacionadas ao assunto. Uma vez que o MGTV é o único jornal na grade de programação da Rede Globo voltado especificamente para as notícias do estado no qual ele é apresentado, seria interessante que o telejornal apresentasse, ao menos uma vez por semana, notícias relacionadas diretamente ao governo do estado, de forma a informar a população sobre o expediente e as resoluções tomadas na sede do governo, em Belo Horizonte.

Como foi observado, em momento nenhum, durante as duas semanas de análise, o nome do governador foi citado, assim como a instituição ‘Governo do estado de Minas Gerais’. Mesmo que se parta do pressuposto de que essa não é a proposta do MGTV, seria interessante que algo fosse feito diferente. Como já foi analisado anteriormente, a imprensa possui uma grande influência sobre o poder político. Por isso, seria interessante que fosse feita uma cobertura, da forma mais imparcial possível, sobre as ações governamentais.

Analisando o tempo gasto com cada tema no jornal, é possível perceber uma grande presença de temas mais corriqueiros, como pautas de comportamento, ocupando um espaço bem maior do que as notícias relacionadas à política, até mesmo no que diz respeito à prefeitura da cidade. Seria interessante uma maior formação política da sociedade através de sua imprensa.

O segundo ponto fundamental é a análise do conteúdo apresentado, que possui relação com o governo de Minas Gerais. Nas matérias vistas, a instituição mais visada é a Polícia Militar. A contratação, manutenção, pagamento e equipagem da corporação é de responsabilidade do governo estadual. Como o telejornal deu, em grande parte, um enfoque absolutamente positivo à corporação, pode-se concluir que, mesmo que indiretamente, o telejornal está favorecendo a imagem do governador.

Afinal de contas, quando na ocasião da próxima eleição, o tema segurança pública virá à tona, e as matérias positivas apresentam seu peso nesse momento. De acordo com o MGTV, existe uma simpatia grande com a Polícia Militar, o que pode refletir nas escolhas políticas da população da cidade.

Da mesma forma, as matérias apresentadas que são relacionadas às ações da Assembléia Legislativa de Minas Gerais também possuem um cunho positivo, quando da avaliação dos trabalhos realizados em Belo Horizonte. Dessa forma, conclui-se que, tomando como pressuposto a influência da imprensa na formação da opinião política da população, e tendo em vista que a Rede Globo de televisão é líder de audiência, o telejornal em questão contribui, de alguma forma, para a análise positiva do governo realizado por Antônio Anastasia.

Não caberá aqui, no presente trabalho, julgar se tal impressão configura uma forma de apoio político velado, uma posição do veículo, ou apenas uma coincidência. O que cabe analisar e compreender são os resultados que possivelmente podem ser obtidos através das notícias em uma futura eleição.

Aproveitando-se do estudo já realizado, é possível iniciar através dele uma reflexão e uma busca aprofundada sobre as intenções políticas da TV Integração, assim como sua atual relação com o governo do estado, pesquisando e descobrindo, de alguma forma, se as questões apresentadas no telejornal configuram alguma espécie de apoio

político ou partidarismo.

No momento, o que é possível concluir é que, por um lado, a população de Juiz de Fora possui uma escassez de informações sobre o governo de seu estado, ao menos no que concerne a TV Globo. Por outro lado, a pouca informação que é recebida nos telejornais dá conta de apresentar positivamente as instituições que são regulamentadas pelo governo estadual.

No que diz respeito a possíveis soluções, é possível concluir que, para que sejam pautadas mais notícias sobre o tema, é preciso que a população manifeste tal interesse.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Livia Maia Caldeira. **Desenvolvimento da TV em Juiz de Fora: um olhar sobre a TV Alterosa**. Faculdade de Comunicação Social, UFJF, 2005.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnlalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Opinião Pública, v. 12, n.1, Campinas, abril/maio 2006.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia, PT e eleições presidenciais (1989-2006)**. Campinas, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal/Lisboa: Edições 70, 1977.

BAYER, Hans. **A imprensa alemã antes, durante e depois do regime nazista**. Revista da Faculdade de Caruaru, n. 2, p. 15-28, 2007.

BUSETTO, Áureo. **Relações entre TV e poder político: dados históricos para um programa de leitura dos produtos televisivos no ensino e aprendizagem**. Unesp, 2005.

CASTRO, Douglas Caputo; OLIVEIRA, Luiz Ademir. **O posicionamento do jornal estado de minas na eleição de Belo Horizonte em 2008**. Universidade Federal de São João Del-Rey, 2010.

COUTINHO, Iluska. **Algumas reflexões sobre as características do telejornalismo e os limites da TV como meio de informação**. I Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, 2003.

_____. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias em TV**. Tese de Doutorado em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2003

_____. **Celebração no telejornalismo local: A festa de N. Sra. Aparecida na TV em Juiz de Fora**. Celacom 2005. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco, 2005.

COUTINHO, Iluska et. al. **Telejornalismo e Identidade Local: uma reflexão sobre a produção jornalística nas emissoras de TV de Juiz de Fora**. UNESCOM - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional São Bernardo do Campo – SP, Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

CUNHA, Sônia; KNEIPP, Valquíria. **A utilização do Ginga na construção do processo de interatividade no telejornalismo brasileiro**. Revista Temática, ano 8, n. 01. São Paulo, 2012.

GUZZO, José Roberto. A Publicidade Oficial está no centro da crise. Revista Exame, n. 848, 2005. (Acessado em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0848/noticias/a-publicidade-oficial-esta-no-centro-da-crise-m0056921>, no dia 30/09/2012)

JEANNENEY, Jean-Nöel. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996.

MATA, Jhonatan Alves Pereira. **Um telejornal para chamar de seu: identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local**. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social, UFJF, Juiz de Fora, 2011.

MARTINS, Simone. **A Construção da Identidade no Telejornalismo Regional: O Processo de Produção da Notícia no MGTV**. Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo, do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Juiz de Fora, 2007.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **O clientelismo do governo militar nas comunicações**. Comunicação e Política, v. 10, n.1, p.119-129, 2003.

MENEZES, Bruno et.al. **Mídia e poder: a relação entre a imprensa e o governo Aécio Neves**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social). Núcleo Universitário São Gabriel, Belo Horizonte, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **A Eleição Visível: A Rede Globo Descobre a Política em 2002**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, p. 289 a 310, 2003.

_____. **Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral**. Sociologias, ano 6, nº 11, p. 238-258, Porto Alegre, jan/jun 2004.

_____. **Eleições presidenciais e tv no brasil: 1998 a 2010**. Salvador, 2010.

MOURA, Ranielle; VAZ, Ticyane. **Chegada da TV no Brasil: uma história contada pelas páginas de O Cruzeiro**. Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo**. História Questões & Debates, vol. 38, 2003.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula**. Lua Nova, São Paulo, v. 68, p. 91-121, 2006.

RAMOS, José Roberto. **Rede Globo e ditadura militar: atualização histórica e ideologia**. Revista Humanidades, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 143-148, jul./dez. 2005

RODRIGUES, Flávio Lins. **Identidade Regional nas Vinhetas dos Telejornais: Uma análise da representação visual na TV Panorama**. Trabalho apresentado ao GT Audiovisual, do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora, 2011.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Das visibilidades das eleições de 2002: uma reflexão acerca dos enlaces entre política, mídia e cultura.** Comunicação & política, v.9, n.3, p.189-067, 2002.

VARGAS, Renata; BARA, Gilze; COUTINHO, Iluska. **A queda da bancada e as mudanças históricas na cena de apresentação dos telejornais: em busca da aproximação e criação de identidade com o público.** XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Ouro Preto - MG – 28 a 30/06/2012.

7. ANEXOS

Anexo 1

Matéria: Ação no Bairro – Corpo de Bombeiros

Locutor: Ricardo Ribeiro (entrevista)

Tempo: 2 min 40

Data: 21/05/2012

Érica: São 19 parceiros da TV Integração que vão participar desse projeto. Vamos voltar a falar então com o Ricardo Ribeiro. Ricardo, fiquei sabendo que é uma ação completa. Como isso vai funcionar na prática?

Ricardo: Olha, Érica, resumindo, é você levar o prestador de serviço, aproximar o prestador de serviço da população. Um exemplo, você acabou de ver aí, o pessoal da limpeza, os funcionários do Demlurb. E outro exemplo, que eu vou mostrar agora, é o Corpo de Bombeiros. Representando aqui a população está o Capitão Marcos Santiago. Capitão Santiago, o Corpo de Bombeiros também vai estar presente nessa ação no bairro. De que maneira vocês vão participar? Boa tarde.

Cap. Santiago: Boa tarde a todos. Nós estaremos junto com a população, levando informações sobre os diversos tipos de serviço que o Corpo de Bombeiros presta à comunidade. Estaremos lá, também, montando um stand com os diversos materiais que o Corpo de Bombeiros utiliza em seu dia-a-dia de trabalho. E estaremos também com uma viatura do Corpo de Bombeiros com os equipamentos, os materiais de proteção individual. As pessoas vão poder utilizar, subir na viatura. Nós temos essa empatia grande com a comunidade, principalmente com as crianças. Estaremos lá, à disposição

da comunidade.

Ricardo: E pra criançada tem uma surpresa também, né?

Cap. Santiago: É, o mascote do Corpo de Bombeiros, o Foguinho, também vai estar lá.

Ricardo: No dia 26 de maio. E por que, às vezes, a gente fala ‘Corpo de Bombeiros’ e as pessoas logo pensam em combate a incêndio. Vocês fazem um trabalho muito mais amplo do que combater incêndio, não é mesmo, capitão?

Cap. Santiago: São diversos tipos de atendimento à comunidade. Nós temos o serviço de salvamento, resgate, buscas. Então é uma infinidade de serviços que o Corpo de Bombeiros presta. Nós costumamos dizer que onde não deu pra outro profissional resolver, vai chamar quem? É o Corpo de Bombeiros.

Ricardo: Inclusive, é importante também que as pessoas conheçam o serviço de resgate. De que maneira elas podem ligar? Quando elas podem ligar? Muitas vezes elas não sabem, pra não deixar o atendimento sobrecarregado.

Cap. Santiago: Sim, todas essas informações estarão sendo passadas nesse projeto social.

Ricardo: E vocês pretendem levar também, claro, os homens da corporação para dar esse apoio aos moradores, não é isso?

Cap. Santiago: Sim, nós estaremos a disposição com nossa equipe para prestar os esclarecimentos.

Ricardo: E qual é a principal demanda que vocês tem hoje aqui na cidade?

Cap. Santiago: Olha, hoje o maior atendimento que nós prestamos à comunidade é na área de resgate.

Ricardo: Logo em seguida vem a questão do incêndio, de combate e prevenção.

Cap. Santiago: Sim, outra demanda muito grande que nós temos é a prevenção, orientação à comunidade em relação a questão dos incêndios.

Ricardo: Para encerrar, vamos apresentar rapidamente os outros projetos sociais. Quais são eles?

Cap. Santiago: Nós temos o teatro de bonecos, a turma do Foguinho. Temos também o bombeiro mirim e o projeto golfinho.

Ricardo: Obrigado pela entrevista e até lá. Érica.

Anexo 2

Matéria: Projeto de prevenção de homicídios da Polícia Militar

Locutor: Ricardo Ribeiro (entrevista)

Tempo: 3 min 28

Data: 21/05/2012

Érica: E vai ser lançada hoje a patrulha de prevenção a homicídios do Segundo Batalhão da PM. Ricardo Ribeiro tem as informações. Boa tarde, Ricardo.

Ricardo: Estamos aqui com o capitão Geovane, da Polícia Militar, que vai coordenar essa patrulha. Ele vai falar por que ela está sendo criada hoje. Boa tarde.

Cap. Geovane: Boa tarde. Na realidade, a Polícia Militar realiza vários serviços preventivos que é o foco principal da polícia. E ela já possui no seu portfólio uma série de serviços. Então nós temos lançando a patrulha de prevenção ao homicídio com o foco específico de trabalhar a qualidade das informações dos registros policiais, para fazer a prevenção desses delitos, que vem acontecendo no dia-a-dia.

Ricardo: A criação dessa patrulha é porque vocês vinham enfrentando algum tipo de dificuldade de combater esse tipo de situação?

Cap. Geovane: É, na realidade os índices de homicídios no Segundo Batalhão está controlado de acordo com o ano passado. Tivemos nesse ano 37 registros, e no ano passado, 38. Então, em relação aos registros, o Segundo Batalhão está com seus dados atualizados, seguindo o mesmo padrão do ano passado. Na realidade, o que nós vamos trabalhar é a qualidade das informações que existem nas ocorrências para fazer um trabalho preventivo, para que esses crimes não venham aumentando na nossa cidade.

Agora, está estabilizado.

Ricardo: Esse dado que você colocou é a forma operacional que a PM vai realizar essa patrulha. Agora, para a população, para o cidadão comum, de que maneira ele vai perceber a ação, o trabalho de vocês?

Cap. Geovane: Inicialmente, a viatura vai ter um novo *layout*, vai estar adesivada de uma maneira bem diferente. É a primeira viatura na cidade de Juiz de Fora, que vai estar caracterizada de maneira bem ostensiva. E a Polícia Militar vem trabalhando, através da filosofia de polícia comunitária, que vem buscar o envolvimento da comunidade no auxílio do trabalho de prevenção. Então, é a comunidade ajudando, a polícia estando junto com a comunidade, e os dois fazendo a segurança e a paz social na sociedade.

Ricardo: O número de chamada permanece o mesmo, é o tradicional número de emergência, o 190.

Cap. Geovane: É, nós temos o 190 e o disque-denúncia, o 181. É uma central única de denúncias em que as pessoas que quiserem fazer qualquer tipo de denúncia não tem a sua identidade revelada, e os órgãos de defesa social estão prontos para dar a resposta ao cidadão.

Ricardo: Você já tem ideia de quantos policiais estarão à disposição dessa patrulha?

Cap. Geovane: A patrulha é um número fixo de cinco policiais militares, que todo dia vão estar na rua, fazendo um trabalho de abordagem, identificação, visita e registro de

homicídio tentado e consumado.

Ribeiro: É na cidade inteira, que você está dizendo?

Cap. Geovane: Juiz de Fora todinha está sendo coberta por esse novo portfólio de serviços.

Ricardo: Muito obrigado pela entrevista, capitão. Érica.

Anexo 3

Matéria: Patrulha de prevenção de homicídios da Polícia Militar

Locutor: Luciano Teixeira

Tempo: 2 min 52

Data: 22/05/2012

Érica: Avaliar os números e evitar que conflitos virem mortes: esse é o objetivo da patrulha de prevenção a homicídios. O projeto foi inaugurado oficialmente ontem nas regiões central, leste e nordeste de Juiz de Fora.

Luciano: A viatura tem as cores da Polícia Militar, e policiais exclusivamente empenhados na análise e abordagem dos envolvidos, para evitar que conflitos se transformem em homicídios. Mas o trabalho começa no setor de inteligência. Primeiro, com as ocorrências que chegam pelo 190. Depois de geradas essas ocorrências, os crimes de ameaças, rixas e conflitos de gangues, lesão corporal, homicídios tentados e tráfico de drogas viram estatística. É feita a análise criminal do que pode gerar novos homicídios.

Cap. Jovanio: Ele envolve um levantamento de dados qualitativos, pra gente poder identificar onde essa pessoa reside, qual é a ocupação principal, se ela é membro de galera. Então, essas atenções fizeram com que nós, do segundo batalhão, lançássemos a patrulha de prevenção a homicídios, pra ter uma conhecimento maior dentro do segundo batalhão, pra ter um conhecimento maior sobre esses integrantes nesse tipo de crime, que é o crime de homicídio.

Luciano: Depois disso, começa a fase de campo. A principal diferença do trabalho aqui é que a Polícia Militar vai até o local onde podem acontecer possíveis homicídios,

mesmo depois de registrada a ocorrência. O trabalho aqui é preventivo e também para colher informações. Na casa de Dona Maria, no Retiro, o filho dela foi vítima. Ele foi baleado na porta de casa e ainda está se recuperando. Ele não pertence a uma gangue, mas foi vítima de um conflito entre moradores do Retiro e do Jardim Esperança. Estava no lugar errado, na hora errada.

Vítima: Nunca tive envolvimento com nada. E as pessoas que fizeram isso estão todas andando, tudo perfeito, e eu estou aqui, parado.

Luciano: Aqui, os policiais fazem a visita para tranquilizar a família toda.

Policial: Fazer ter paz, fazer a pacificação entre os bairros, né? Evitar essas brigas de gangue.

D. Maria: É preciso mesmo de policiamento no bairro, porque a população está crescendo muito e se a gente ficar sem uma proteção, fica mais difícil, porque é muita briga de jovem. O jovem não quer saber de nada.

Luciano: A meta dos policiais é visitar até cinco residências por turno de trabalho. Eles esperam, no final, mapear as áreas de risco, entender as principais causas de homicídios na região e ajudar a reduzir o número de mortes na cidade.

Sargento Rodrigo: Dessa forma, nós identificamos os membros, tiramos essas pessoas do anonimato, e podemos fazer um policiamento mais efetivo, para evitar que possíveis homicídios ocorram.

Anexo 4

Matéria: Ação no Bairro – cachorros da Polícia Militar

Locutor: Ricardo Ribeiro

Tempo: 3 min. 23s

Data: 24/05/2012

Érica: E a Polícia Militar também é parceira do Ação no Bairro. Nós vamos então para a sede do Segundo Batalhão da PM em Juiz de fora. Ricardo, tenho medo de cachorro, já vou logo avisando. Mas esses daí são bonzinhos?

Ricardo: São sim, Érica. Boa tarde a você, boa tarde a todos. Vamos mostrar aqui uma prévia do que os moradores de Benfica vão assistir nesse sábado. O nosso convidado de hoje é o Sargento Gonzalez, da Polícia Militar de Juiz de Fora. Sargento, o que o pessoal lá de Benfica vai assistir?

Sgt. Gonzalez: Boa tarde. Nós vamos montar a pista de obstáculos completa, vários números especiais, números de obediência. Vai ser muito bacana, o pessoal que for lá vai gostar muito. E aqui nós vamos fazer uma prévia do que vai ser demonstrado lá.

(Entram imagens dos cães fazendo acrobacias, enquanto o Sargento explica o que está ocorrendo).

Ricardo: Esse treinamento é justamente para vocês colocarem em prática em ações de campo, em um mato, em uma busca a um assaltante.

Sgt. Gonzalez: É o dia-a-dia nosso. Os cães aqui fazem duas horas por dia de treino intensivo para chegarem no serviço operacional preparados. E a ocorrência ter êxito

tanto na localização de entorpecentes, captura. É o nosso trabalho do dia-a-dia.

Ricardo: E a Érica estava dizendo que tem medo de cachorro, mas pode ficar tranquila, porque os cães aqui são muito bem treinados. Inclusive, estamos muito próximos deles aqui, e esse treinamento é um treinamento árduo, não é, Sargento?

(O Sargento concorda e mostra uma ação dos cães atacando um suposto criminoso).

Ricardo: Você está vendo que o treinamento é justamente para imobilizar o assaltante.

Sgt. Gonzalez: Sim, até a chegada do policial.

Ricardo: Os cães levam um tempo até chegar nesse período de treinamento?

Sgt. Gonzalez: O treinamento começa com seis meses de idade. Isso aí dura de um ano e meio a dois anos esse treinamento, para ele estar pronto para o serviço operacional, ser um cão de combate da polícia.

Ricardo: E para ser um cão da Polícia Militar, ele precisa de alguma característica específica, alguma raça?

Sgt. Gonzalez: Atualmente, aqui no canil estamos utilizando cães da raça pastor alemão e o labrador para localização de entorpecentes.

Ricardo: Obrigado pela entrevista, Sargento.

Anexo 5

Matéria: Denúncias contra a PM

Locutor: Ricardo Ribeiro

Tempo: 3 min. 45s

Data: 28/05/2012

Érica: Uma noite que seria de festa terminou mal para um jovem de 21 anos. Ele procurou o MGTV para fazer uma denúncia contra policiais militares. O Ricardo Ribeiro acompanhou essa história, e é com ele que nós vamos falar ao vivo agora. Ricardo, o que é que você ouviu desse rapaz?

Ricardo: Boa tarde, Érica. Boa tarde a todos. Olha, a situação teria acontecido ontem, por volta de três horas da manhã. O rapaz denunciou essa agressão que teria ocorrido por parte de quatro policiais militares. Veja só essa história.

Ricardo (off): A história teria começado nessa rua, na entrada do parque de exposições. A vítima é o auxiliar de cozinha de 21 anos, que, por questões de segurança, tem sua identidade preservada. Ele alega que no domingo, por volta de três horas da manhã, foi agredido por policiais militares quando retornava para casa.

Vítima: Uma menina passou assim e riu pra mim, aí eu ri pra ela. Eu nem tinha visto o namorado dela, não. O moleque falou: “Ele tentou roubar minha carteira”, aí a polícia já veio e me deu um soco no peito. Já chamou outros três policiais, me jogaram dentro da Blazer e me levaram para o Distrito Industrial.

Ricardo (off): O local para onde teria sido levado fica próximo à BR-040, perto de um dos viadutos da rodovia, a oito quilômetros da festa onde estava. A vítima mostrou

ferimentos que teriam sido provocadas pelas agressões dos policiais. Inclusive, segundo ele, as marcas das algemas nos punhos. O auxiliar de cozinha foi atendido no Hospital de Pronto Socorro. O braço direito foi imobilizado por causa de uma luxação. A vítima contou ainda, que, depois de ser agredido, os policiais jogaram na rua objetos pessoais dele: celular, tênis, cordão e boné.

Vítima: Eu fiquei com medo de morrer. Quando acordei, pensei que estava em outra cidade. Tive que andar um tempão descalço, com o maior frio, até eu chegar em algum lugar e conseguir ligar pra minha mãe, para ela ir me buscar.

Ricardo (off): A Polícia Militar nega que tenha acontecido a agressão. Ainda assim, informou, através de nota, que foi aberto um processo interno de investigação para apurar os fatos. A conclusão desse procedimento, segundo o comunicado da PM, tem o prazo de 15 dias para ser divulgada.

Érica: Outras agressões realizadas por policiais foram registradas na região. Em Juiz de Fora, uma mulher de 51 anos morreu depois de ser atingida por tiros em um bar, no bairro Ipiranga. De acordo com o boletim de ocorrência, ela se desentendeu com um policial. Neste mês de maio, um homem foi assassinado em Bicas. De acordo com a Polícia Militar, a morte aconteceu durante uma abordagem. O homem caminhava pela rua, quando foi parado pela PM, que tentou revistá-lo. Ele teria reagido e tentou sacar uma arma do bolso. A vítima tinha 40 anos e morava em Franca, São Paulo. A polícia disse que o sargento fez o disparo para se defender. Em fevereiro, um adolescente de 15 anos morreu em Santos Dumont. Ele também foi atingido por tiros, disparados por um policial. Ele e outros três menores furtaram morangos em uma mercearia. Depois do

crime, foram perseguidos. O menor chegou a ficar internado em Juiz de Fora, mas não resistiu aos ferimentos. E de acordo com a PM, o policial que atirou na mulher em um bar estava fora do horário de serviço e sem farda. Ele permanece afastado por licença médica, o que inviabiliza o resultado do inquérito. Sobre o caso em Bicas, o policial chegou a ficar preso em Juiz de Fora, mas foi libertado esse mês, com alvará de soltura. O processo ainda corre. E a respeito do caso em Santos Dumont, a polícia informou, por telefone, que outros detalhes só poderiam ser informados na tarde de hoje.

Anexo 6:**Matéria:** Audiência da Assembléia Legislativa (Nota seca)**Locutor:** Érica Salazar**Tempo:** 16s**Data:** 28/05/2012

Érica: A Assembléia Legislativa de Minas discute hoje, em Belo Horizonte, denúncias de crime organizado em Juiz de Fora. A audiência pública da Comissão de Direitos Humanos está marcada para 13h30, e também terá como tema o possível envolvimento de policiais civis e militares em contravenções, como jogo do bicho e máquinas caça-níqueis.

Anexo 7:**Matéria:** Resultado da audiência da Assembléia Legislativa (Nota seca)**Locutor:** Érica Salazar**Tempo:** 35s**Data:** 29/05/2012

Érica: A Assembléia Legislativa de Minas decidiu, ontem, depois de uma reunião extraordinária, transferir o delegado Fernando Camarotta de Juiz de Fora para Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte. Em abril, ele foi citado pelo empresário Frederico Arbex, acusado de promover jogos de azar em Juiz de Fora. Como agente, ele receberia propina do jogo do bicho e caça-níqueis. Oficiais da Polícia Militar de Juiz de Fora também estariam envolvidos no esquema denunciado por um deputado estadual. O ato foi publicado oficialmente no Diário Oficial de Minas Gerais, e ele tem até dez dias para se apresentar.